

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE LETRAS**

**PRESSUPOSIÇÃO LINGUÍSTICA E ARTIGO DE
OPINIÃO: uma relação necessária**

MATEUS DE SOUZA OLIVEIRA

Campina Grande-PB
2011

MATEUS DE SOUZA OLIVEIRA

**PRESSUPOSIÇÃO LINGUÍSTICA E ARTIGO DE
OPINIÃO: uma relação necessária**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de licenciado em Letras: Língua Portuguesa, da Universidade Federal de Campina Grande, sob a orientação da Prof^a. Ms. Sandra Sueli Carvalho Bezerra

Campina Grande – PB
2011

MATEUS DE SOUZA OLIVEIRA

**PRESSUPOSIÇÃO LINGUÍSTICA E ARTIGO DE
OPINIÃO: uma relação necessária**

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Orientadora - Professora Ms. Sandra Sueli Carvalho Bezerra

Examinador – Professor Dr. Washington Silva de Farias

A Severina Ramos de Souza, aquela que,
não bastasse ser mãe, topou também ser
pai, e em *performance* irretocável;
A Alonso Nunes de Souza (*in memoriam*),
meu avô [que queria “ver o neto se
formar”, mas Deus o chamou - quem sabe
para ver melhor], pelos cuidados
constantemente até enquanto pôde.

AGRADECIMENTOS

Aos *sine quibus non*¹ da minha vida:

A Deus, porque sim e porque é;

A toda a minha família materna, por ser família “indo e voltando”, especialmente à minha mãe, a vô Alonso, a vó Rita e a tia Edy, pelos cuidados de sempre; a Mayara e Carlinhos (primos-amigos), a meus irmãos Sérgio e Heloíza, e a Toinho (padrasto). Obrigado pela presença, afetos, cuidados e incentivos imprescindíveis. Amo vocês – e apesar da distância que minha vida estudantil nos tem imposto, tudo o que faço é pensando em vocês.

Carlinhos, muito obrigado pela presença, preocupação, incentivos e conselhos, gestos que transcendem em muito nosso laço consaguíneo.

A todos os meus amigos de Equador, especialmente a Dayene Ramos, Janecléia Gomes, Luana Luma, Marcelo, Gil de Luluta, Kátia Paiva, Vera de Inês, Edione Nóbrega, Sandra Lúcia, Keka Braz, Begue Braz, Mônica Lucena e Denize Oliveira, pela amizade, atenção, força, confiança, torcida, companhia, farras, cafés, sorrisos e “cá-pra-nós”, “idas e voltas”, “idas-sem-voltas” e “tava com saudades” que dignificam esta vida.

Aos amigos conterrâneos Goreth Sabino e João Simões, pelo altruísmo e confiança traduzidos na acolhida em suas filiais campinenses, logo que comecei o curso.

Aos tesouros que conheci na graduação: Ariela (toda a paz desse mundo), Tati Mendes (uma loucura!, no melhor dos sentidos) e Nathalie (o salto 15cm que pa-ra-va a au-la), pelo feliz incentivo que me foram no árduo começo do curso;

A Flávia Macedo (minha eterna caminhoneira, ex-modelo do *Ação Global*), Pedro Ivo (um homem extraordinário), Nyeberth (o “gactom” aquariano que melhor me entende), Larissa Fernandes (a fechoação necessária), Tiago Rodrigues (o boy-magia necessário), Amanda Samira (meu doce-abuso versão “racha”), Márcio Rodrigo (um doce raro), Cláudia Fernandes - “Cacau” (alegria, alegria!), Pedro “Freitas” (um *let it be* sem igual), Marcela Lira (pelo que é irregular no latim vulgar), Tássia Tavares (EREL mode ON), Magnólia Cruz (afeição constante) e Suellen Ribeiro (a “licença poética” que me mata!), pelos momentos maravilhosos dentro e principalmente fora da UFCG. Aproveito para agradecer as caronas que peguei com Flavinha (o Gurgel é

¹ (Lat. = *sem os quais não*)

inesquecível!), Amanda, Cacau, Marcela e Suellen, em seus respectivos motores, momentos em que afinamos ainda mais nossa sintonia!

Aos amigos que Campina me deu em delicioso tempo integral: Jackson Barbosa, [amizade que nasceu “under my umbrella”], Jonas Leite [acolhida e cumplicidade desde aquela segunda-feira, 28 de maio de 2007], Sandro Cordeiro [e o inesquecível último Hollywood da carteira naquele primeiro dia de bem-querer], Isaac Leite [a amizade estandardizada, alegria e confiança certas, companhia de muitas madrugadas filosóficas], a Diniz Meira [dedicação e atenção especiais], Marcelo Ramos [abraço e sorriso certos], João Jackson [a presteza inata, a alegria de um “feriado decretado”] e a Ricardo Soares [amizade, adoção e validação intelectual que transformam].

Jonas, Diniz e Ricardo, todo o dinheiro do mundo não paga a acolhida que tive em suas casas. Estou às ordens, viu?!

<<<Que nossa amizade seja eterna enquanto duremos. Obrigado por tudo!>>>

Paralelo a tudo isso: agradeço aos professores competentes, criteriosos e exigentes que tive a sorte de encontrar no palheiro da educação pública - porque sem eles não há esforço, tampouco reconhecimento. E, curiosamente, aos professores-palha que encontrei na academia (sim, só os vi por lá!), que substituem “ensinar caminhos” por “atransancar caminhos”: ainda que sem querer, vocês têm parte nas razões de uma volta por cima, e, óbvio, são um guia didático de como não se deve proceder.

A Marciano Siqueira, multifuncional-conceito, secretário da coordenação do curso, que sempre buscou, com muito esmero, bom-humor e competência, amenizar os tantos transtornos da vida acadêmica em Letras/UFCG/CG². Uma presença marcante desde a emissão, em alguma data a. C., de meu primeiro R.D.M.

P.s.: isso tudo é muito pouco frente ao que eu realmente deveria, mas o gênero não permite! Se esqueci alguém, revele-se! No próximo capítulo dessa história, vo certamente estará lá!

² 90% dos alunos do curso em pauta (número referente àqueles que não têm professores-padrinhos, relação de subserviência mascarada por programa de bolsa, ou obrigatoriedade de publicar trabalho de sua própria autoria em co-autoria com o professor-“orientador” - para incrementar o *Lattes* deste) reclamam da sensação de fracasso que lhes é impressa ao longo da jornada acadêmica - aponta pesquisa feita ao longo de 6 anos (2005-2011) com graduandos de diferentes turmas e períodos.

*“Chega mais perto e contempla as palavras.
Cada uma
tem mil faces secretas sob a face neutra
e te pergunta, sem interesse pela resposta,
pobre ou terrível, que lhe deres:
Trouxeste a chave?”*

(Carlos Drummond de Andrade)

RESUMO

Este trabalho aborda a pressuposição linguística, fenômeno de ordem semântica que responde pela recuperação de significados implícitos a partir da estrutura do próprio enunciado. Revelada inicialmente pelo lógico Gottlob Frege (1892), numa abordagem semântica lógico-formal, e desenvolvida *a posteriori* pelo semanticista Oswald Ducrot (1977), já com base no Estruturalismo saussureano, a pressuposição passa a ser vista, na ótica de Ducrot, como uma estratégia argumentativa inscrita na própria língua. O objetivo deste trabalho é demonstrar, numa abordagem descritivo-qualitativa, a existência de uma relação necessária entre a argumentação no gênero artigo de opinião e o fenômeno em foco. Após traçar um panorama histórico-conceitual da pressuposição, são elencados alguns dos elementos léxicos e comportamentos sintáticos que apontam para a existência de conteúdos implícitos considerados pressupostos. A investigação se dá em textos do gênero artigo de opinião, em virtude de sua natureza essencialmente argumentativa e por possibilitar ao articulista uma liberdade maior quanto à argumentação. Para tanto, traz-se a lume uma abordagem na perspectiva dos gêneros textuais, conforme as definições de Bakhtin (1992), Marcuschi (2002), Bazerman (2005) e Schneuwly (2004), e as elucubrações de Rodrigues (2001), Melo (2003) e Silva (2008) a respeito do gênero em questão. Em seguida, procede-se à análise dos textos com a identificação dos principais pressupostos e suas relações com a argumentatividade.

Palavras-chave: Semântica. Pressuposição linguística. Argumentação. Artigo de opinião

ABSTRACT

This paper investigates the linguistic presupposition, a phenomenon of a semantic scope that accounts for the recovery of implicit meanings from the structure of the utterance itself. Initially revealed by the logician Gottlob Frege (1892), through a formal-logic semantics approach, and later developed by the semanticist Oswald Ducrot (1977), already based in Saussurean structuralism, in Ducrot's view, the presupposition is assumed as an argumentative strategy. The aim of this paper is to demonstrate, in a qualitative-descriptive approach, a necessary relationship between the argumentation in the opinion article genre and the phenomenon in focus. After tracing a historical and conceptual overview on presupposition, some of the lexical elements and syntactic behavior are enumerated, those which point out to the existence of implicit contents considered as presupposition. This research takes place in text genre of opinion article, due to its essentially argumentative aspect and its possibility of providing greater freedom to the writer in his/her argumentation. To accomplish that, an approach from the perspective of text genre is brought to light, according to definitions of Bakhtin (1992), Marcuschi (2002), Bazerman (2005) and Schneuwly (2004), and reflections of Rodrigues (2001), Melo (2003) and Silva (2008) on the genre in focus. By identifying the main presuppositions and their relations with argumentativeness, an analysis of texts is developed.

Keywords: Semantics. Linguistic presupposition. Argumentation. Opinion article.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	NOTAS PRELIMINARES	13
3	O FENÔMENO <i>PRESSUPOSIÇÃO</i>	17
3.1	A pressuposição linguística: aspectos gerais	18
3.1.1	Frege: a condição de verdade como <i>sine qua non</i>	20
3.1.2	Ducrot: o valor argumentativo da pressuposição	22
3.1.3	Paul Henry e a ênfase na subjetividade.....	25
3.2	Aspectos formais da pressuposição	26
4	O ARTIGO DE OPINIÃO: MAIS LIBERDADE PARA ARGUMENTAR? ..	33
4.1	Da definição de gêneros textuais	33
4.2	Do gênero artigo de opinião	35
5	DA METODOLOGIA À ANÁLISE DOS DADOS	39
5.1	A metodologia da pesquisa	39
5.2	A metodologia da análise	40
5.3	A análise	40
5.3.1	[A.O. 1] <i>Cargos de desconfiança</i>	41
5.3.2	[A.O. 2] <i>O poder da validação</i>	45
5.3.3	[A.O. 3] <i>O segredo do casamento</i>	48
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
	REFERÊNCIAS	57

1 INTRODUÇÃO

A pressuposição é um fenômeno linguístico de caráter semântico responsável por veicular um conteúdo implícito detectável com base na própria estrutura do enunciado. Em sendo no nível do enunciado, algumas palavras, expressões e encadeamentos sintáticos são responsáveis pela existência desses conteúdos ditos pressupostos.

Inicialmente, a pressuposição foi apontada pelo lógico alemão Gottlob Frege (1892), quando este percebeu que a gramática é tal que permite se falar muito séria e logicamente de coisas que não “existem” enquanto referentes verificáveis, cujo valor de verdade (critério adotado para a comprovação e explicação do fenômeno) carece de verdade ou falsidade, ou seja, é, por definição, nulo. Assim, falar sobre algo que não se verifica enquanto referente não faz sentido; não se pode predicar algo àquilo que não existe, segundo o autor.

É Frege quem anuncia a pressuposição enquanto fato teórico e concreto da linguagem, embora concebendo-a como um mecanismo curioso que acaba por comprometer o conhecimento, “a verdade”, na ciência. A conclusão de Frege corrobora o tratamento mais lógico do que linguístico que ele deu ao fenômeno.

Anos mais tarde, Oswald Ducrot (1977), linguista-semantista francês, reabilita a noção, procurando reelaborá-la de modo que fosse concebida antes como uma estratégia argumentativa inscrita na própria língua, uma vez que, segundo esse autor, por meio da pressuposição, o locutor situa o diálogo na hipótese de que o ouvinte já soubesse do que ele está falando, tornando-o cúmplice, ou refém, da verdade da informação compartilhada - ou nova - que se aloja no pressuposto.

Há que se frisar uma particularidade na pressuposição: é comum que se questione um conteúdo posto, ou seja, aquilo que alguém deixa como dito e se responsabiliza por tal, mas uma informação pressuposta é veiculada de modo que sua verdade seja, em tese, inquestionável, pela forma mesma em que se insere na arquitetura linguística. Questionar um pressuposto seria questionar o próprio direito de dizer, de acordo com Koch (2002).

É com base, pois, nesse referencial teórico, que o presente trabalho tem como propósito a verificação da relação entre a pressuposição linguística como

estratégia argumentativa e o gênero artigo de opinião que, para além de ser da ordem do argumentar, de tipologia dissertativo-argumentativa, apresenta normalmente temas polêmicos e tem como relevante característica uma considerável liberdade para o articulista defender seu ponto de vista.

Na parte inicial deste trabalho, em *Notas preliminares*, há uma discussão indiciária do histórico e de perspectivas predominantes dos estudos da linguagem para situar a pressuposição nesta seara, bem como alguns apontamentos acerca das concepções de Frege e de Oswald Ducrot em relação ao tema. Em seguida, em *O fenômeno pressuposição*, o tema é apresentado conforme foi investigado por Frege, na relação com o valor de verdade das proposições, bem como em sua categorização nos estudos linguísticos: o sentido implícito e os conteúdos postos e os pressupostos.

Em *A pressuposição linguística: aspectos gerais*, há a abordagem do sentido implícito e de sua necessariedade nas relações que se estabelecem pela linguagem, a definição de pressuposição linguística, que se depreende do nível do enunciado, na parte “visível” da língua, e a apresentação dos tratamentos que Frege (1892), Oswald Ducrot (1977) e Paul Henry (1992) dão ao tema. Em seguida, são apresentados alguns dos elementos linguísticos responsáveis por introduzir no enunciado esse sentido implícito denominado “pressuposto”.

Em *Artigo de opinião: mais liberdade para argumentar?* é desenvolvida uma discussão ancorada na perspectiva dos gêneros textuais, em que são abordadas as principais características do gênero e suas implicações sócio-discursivas, relacionando com o *corpus* escolhido para a pesquisa, três textos que compõem a seção “Artigos mais lidos” da *homepage* do professor Stephen Kanitz, consultor de empresas e conferencista que escreve sobre os mais variados temas, conhecido em todo o Brasil especialmente por sua coluna na Revista Veja³, seção *Ponto de Vista*, que assina desde 1998.

No tópico *Da metodologia à análise dos dados*, os pormenores da pesquisa e da formalização da análise são explicitados, seguidos da *análise* dos textos, em que são apontados seus principais pressupostos e a relação desses conteúdos com a

³ “*Veja* está entre os maiores fenômenos editoriais de todo o mundo, ficando atrás apenas das norte-americanas *Time*, *Newsweek* e *US News & World Report* [...] Alguns números dessa revista informativa brasileira aparecem a seguir: 5 milhões de leitores, em média, quatro por exemplar; 83% são assinantes; 68% dos leitores pertencem às classes A e B; 47% dos leitores têm entre 20 e 39 anos; 59%* declaram que a revista contribui para a formação de opinião; 89%* apontam *Veja* como uma forma agradável de obter informação (...)” (SILVA; GONZALES, 2008, p. 422)

argumentatividade. Por fim, são apresentadas algumas considerações a respeito desta investigação.

O desenvolvimento e o propósito desta pesquisa se veem justificados sobretudo pela necessidade de, em atividades de análise linguística, numa perspectiva de gêneros textuais, o professor do Ensino Básico levar à sala de aula, de forma didática, um tema tão pouco conhecido dos alunos (a pressuposição), e, por outro lado, pela importância que o tema assume quando relacionado a um gênero textual específico, no caso, o artigo de opinião.

2 NOTAS PRELIMINARES

A possibilidade de se falar de forma séria e lógica de coisas que não existem enquanto referentes encontrados pela via lógica mas apenas verbalmente ou no pensamento, ou seja, que carecem de valor de verdade, foi apontada inicialmente pelo lógico e matemático alemão Gottlob Frege (1892) em seu artigo *Sobre o Sentido e a Referência*, em que, amparado na Lógica, constata na linguagem ordinária o defeito de com ela podermos formar expressões formalmente determinadas e adequadas para designar um objeto, mas que, em alguns casos, essa determinação é falha, pois depende da verdade de uma proposição.

Tal possibilidade se dá em função da existência de expressões gramaticais que introduzem pressupostos, conteúdos implícitos cujo sentido independe da existência do referente. Frege estava preocupado em impedir que a ilusão ou a ficção se intrometesse na linguagem quando esta visasse o conhecimento, a verdade; ele queria racionalizar a linguagem a ponto de livrá-la das “impurezas” que confundissem a condição de verdade das proposições.

A noção de pressuposição em Frege foi introduzida lateralmente, pois foi concebida como ameaça ao conhecimento. Ainda que nesses termos, é a partir de então que se vê investida de valor tanto teórico quanto concreto e começa a ser elaborada.

Da constatação de Frege até as últimas décadas do século passado, os estudos da linguagem se realizaram de diferentes formas, conforme as exigências histórico-científicas do contexto em que se encontrassem. Quando a Linguística se emancipa cientificamente, graças aos postulados do Estruturalismo de Ferdinand de Saussure⁴, no início do século XX, a linguagem é concebida enquanto sistema e a língua é vista não mais como reflexo do pensamento, mas como um instrumento de comunicação. A partir daí há o que se pode chamar “linguística do sistema”, preocupada com o aspecto estrutural e sistemático da linguagem.

⁴ Antes de Saussure (linguista suíço considerado “pai da Linguística”), os estudos linguísticos se guiavam pela perspectiva atomística, para a qual os idiomas eram essencialmente uma coleção de elementos individuais, tais como os sons da fala. Segundo Trask (2008, p. 100), Saussure acreditava que se fazia mais justiça às línguas “considerando-as como sistemas estruturados, no interior dos quais cada elemento se define primordialmente pela maneira como está relacionado aos outros elementos”. Esta perspectiva recebeu o nome de Estruturalismo.

O estudo das estruturas da língua conseguiu dar conta de diversos aspectos e fenômenos da linguagem, mas havia um nível que não se resolvia satisfatoriamente: o significado⁵. Houve, por conseguinte, uma mudança substantiva na orientação desses estudos: da linguística do “sistema”, legado saussuriano, passou-se à linguística do “discurso”, quando o rigor do sistema cede espaço aos processos envolvidos no uso da língua. Nesse sentido, o processo de produção e interpretação da linguagem (enunciação) passa a gozar de maior privilégio frente à mensagem verbal (o enunciado) e ao código que a fundamenta.

Pesquisadores começaram a observar melhor as condições que governam a utilização da linguagem, contrapondo estrutura e uso. Foi assim que teve início a Pragmática, vertente dos estudos linguísticos, que “estuda como os enunciados comunicam significados num contexto” (TRASK, 2008, p. 232), investigando os vários princípios que governam os diferentes sentidos dados pelo uso da linguagem.

Um texto é constituído de conteúdos explícitos e implícitos. Os primeiros, conteúdos que estão claramente expostos, dos quais conseguimos retirar uma mensagem imediata; aqueles, os que não são assim tão claros, que exigem do leitor o uso de outros meios, como a intuição, por exemplo, para conseguir apreender o implícito. Vogt (1980, p. 136) classifica o explícito como o *dito*, e o implícito como o *não-dito* (mas inferível com base no dito e nas condições em que o enunciado ocorre).

Ducrot (1977) afirma que existem três tipos de implícitos: (1) o que existe na enunciação como em: “Está quente aqui”, e pode significar “ligue o ventilador” ou “abra a janela”; (2) o que existe no enunciado: “João veio procurar-me; logo deve estar precisando de dinheiro”, a inferência é que o João só procura o locutor de (2) quando está com problema financeiro; ou ainda (3) o implícito do enunciado: “o avião chegou atrasado”, que nos faz concluir que, de qualquer maneira, o avião chegou. Observe-se que o último exemplo de conteúdo implícito se mantém ainda que seja negado: “o avião não chegou atrasado”, cuja conclusão permanece a mesma: o avião chegou.

⁵ Nas décadas de 1950 e 1960, os linguistas e os filósofos começaram a dar-se conta, aos poucos, de que a dificuldade encontrada no estudo do significado (comumente conhecido como **semântica**) era o resultado do fato de que eles não tinham sido capazes de distinguir dois aspectos bastante diferentes a ele relacionados: a semântica e a pragmática. (v. *pragmática*, TRASK, 2008, p. 232-234).

Aos implícitos 1) e 2) correspondem, respectivamente, os subentendidos e as pressuposições, entre os quais Fiorin & Savioli (2001, p. 310-311) estabelecem uma distinção capital:

O pressuposto é uma informação estabelecida como indiscutível tanto para o falante quanto para o ouvinte, uma vez que **decorre necessariamente de algum elemento linguístico colocado na frase**. Ele pode ser negado, mas o falante coloca-o de maneira implícita para que não o seja. **Já o subentendido é de responsabilidade do ouvinte**. O falante pode esconder-se atrás do sentido literal das palavras e negar que tenha dito o que o ouvinte depreendeu de suas palavras [grifos meus].

Oswald Ducrot e colaboradores, calcados nos conceitos saussurianos, procuram desenvolver a *Teoria da Pressuposição*, buscando responder ao modo pelo qual se pode introduzir no discurso um conteúdo semântico implícito em forma de pressuposto. Com Ducrot, no entanto, a noção de pressuposição se emancipa da condição de verdade da proposição (como fora pensada inicialmente por Frege). Para aquele, a importância da pressuposição reside no fato de ser uma estratégia argumentativa inscrita na própria língua, a despeito de iludir ou confundir a verdade.

Saliente-se que Ducrot é o idealizador da Teoria da Argumentação na Língua (TAL), segundo a qual

o sentido de um enunciado comporta, como parte integrante, constitutiva, essa forma de influência que se chama força argumentativa. Significar para um enunciado é orientar. De modo que a língua, na medida em que contribui antes de qualquer coisa para determinar o sentido dos enunciados, é um dos lugares privilegiados onde se elabora a argumentação (DUCROT, 1983 *apud* BARBISAN, 2004, p. 21-22)

A TAL se propõe a fazer a descrição semântica da linguagem no quadro do estruturalismo saussuriano, por isso se vale dos conceitos saussurianos de *língua* e *fala*, *signo* e da noção de *relação*⁶.

Segundo Barbisan (2004, p. 33), a oposição língua/fala adaptada à TAL separa dois centros de interesse: o interesse pela *diversidade dos efeitos produzidos* (análise de discursos) e o interesse pelo *valor permanente das palavras a partir das*

⁶ Saussure estabelece a dicotomia *langue / parole*, traduzidos por língua e fala enquanto fenômenos respectivamente, como dois aspectos da linguagem pertencentes a ordens distintas: a língua é o dado social, passivo, e a fala, individual, ativo; o *signo* saussuriano “é um elemento da língua e pode receber uma descrição, independente de sua utilização na fala; (...) é composto de um significante e de um significado e tem valor semântico como elemento na língua” (BARBISAN, 2004, p. 24); e as relações entre os signos linguísticos estabelecem seus respectivos valores no sistema.

quais esses efeitos são produzidos (linguística), em que ambos não devem ignorar a enunciação, ou seja, semântica e pragmática não devem ser vistas separadamente, pois contexto e representação da enunciação são integrados ao sentido do enunciado.

Assim, a argumentação não nasce do contexto em que é revelada, é, antes, orientada pelo que se enuncia, pois a argumentação está “na língua, nas frases e as próprias frases são argumentativas” (DUCROT, 1989, p. 18). Em outras palavras, o sentido se constrói pelo contexto, que se constrói pelo valor linguístico da palavra, fonte primeira de sentido.

Sob essa ótica, a pressuposição é um fenômeno que consiste em introduzir um conteúdo semântico implícito no enunciado, constituindo-se uma estratégia argumentativa inscrita na própria língua, regulando o debate entre os indivíduos e por isso entendida “como um jogo, ou melhor, como o estabelecimento das regras de um jogo que se confunde amplamente com a existência cotidiana” (DUCROT, 1977, p. 12).

Além disso, reforça o autor, “(...) a referência implícita a uma situação pressuposta é uma das características mais fundamentais da linguagem, e não uma habilidade subsidiária” (DUCROT, 1981, p. 23). Para ele, as informações implícitas são tão importantes na língua quanto o sentido explícito. É esse tipo de pressuposição, parte integrante do componente linguístico, intrínseco à significação literal da frase e inscrito na própria língua, que ancora o presente trabalho,

É sob a ótica da pressuposição nos termos de Oswald Ducrot (1977) que se pretende observar a necessidade da relação entre essa categoria de implícito e a argumentação⁷ no gênero textual Artigo de Opinião entendido enquanto ação tipificada (de tipologia predominantemente argumentativa) orientada para determinado fim.

⁷ Entende-se por argumentar o “ato de persuadir, de influir sobre o comportamento do outro ou fazer com que compartilhe determinadas opiniões” (KOCH, 2002, p. 19).

3 O FENÔMENO PRESSUPOSIÇÃO

O termo *pressuposição* tem origem com as investigações linguísticas do lógico alemão Gottlob Frege (1892), que, considerando a sentença

(1) *O país europeu que tem fronteiras comuns com outros nove países diferentes é a Alemanha Federal*

destacou a proposição

(2) *Um país europeu tem fronteiras comuns com nove outros países diferentes*

e introduziu a expressão *verausgesetzt*, que se traduz por *pressuposto*. Se alguém negar a assertiva (1) (*O país europeu que tem fronteiras comuns com outros nove países diferentes NÃO é a Alemanha Federal*), observe-se que (2) se mantém. A proposição (2) não está contida no significado global da sentença, mas apenas pressuposta, e a contra-asserção de (1) preserva esse conteúdo implícito que é (2).

Considere-se, agora, o fato de que à época de Frege não havia país europeu fazendo fronteira com outros nove países diferentes, e também o fato de sua perspectiva estar calcada na lógica, numa proposição verificável. É por essa razão que ele considera o pressuposto um defeito da linguagem ordinária, pois com ela podemos falar seriamente sobre coisas que não existem. O termo “defeito” se deve ao fato de Frege, enquanto lógico, ter se preocupado com a condição de verdade das proposições. Nesse sentido, a pressuposição seria responsável pela ilusão ou ficção que poderiam se intrometer na linguagem quando esta visasse a verdade.

Evidentemente, Frege, em função de ter percebido o pressuposto por uma via lógica, tratou de considerá-lo, sobretudo, um conteúdo que pode comprometer a verdade das proposições, pois nem sempre encontra referente verificável e ainda resiste à negação e à interrogação da sentença em que se encontra. Assim como Frege, os primeiros estudiosos que trataram da pressuposição eram lógicos, e consideraram o fenômeno pelo paradigma dos “pressupostos existenciais”, por isso

a questão da negação e a maneira como ela afeta os valores de verdade dos enunciados foi o núcleo desses estudos.

O implícito é uma categoria vasta, que comporta variações desde o nível do enunciado até o da enunciação, ou seja, é um conteúdo que permeia as ações da, na e pela linguagem. A pressuposição é, nesse paradigma, uma informação que se encontra no nível do enunciado e se dá pela relação com o conteúdo posto, priorizando o contexto linguístico, numa concepção relacional, estrutural, em que o enunciado é sempre estratégico.

Conforme Carvalho-Bezerra (2004, p. 47-8),

O posto corresponde ao que está dito no enunciado e, sendo de exclusiva competência do locutor, é reivindicado pelo “eu”. Já o pressuposto é apresentado como pertencendo ao domínio comum das duas personagens do diálogo, o “nós”. Enquanto o posto se apresenta simultaneamente à sua enunciação, isto é, no momento do ato de comunicação, o pressuposto pode situar-se em um momento anterior ou posterior à enunciação

Na bibliografia semântica que trata de pressuposição, é usual representar a informação pressuposta por “pp.” e a informação posta por “p.”.

Para além do valor de verdade com que se preocuparam Frege e demais lógicos, sob qualquer perspectiva “o conteúdo posto depende do conteúdo pressuposto, ou seja, a aceitação da verdade do posto leva à aceitação da verdade do pressuposto” (MOURA, 1999, p. 13).

3.1 A pressuposição linguística: aspectos gerais

O estudo dos conteúdos implícitos pressupostos fez revelar que as relações sociais têm a necessidade do implícito. Segundo Carvalho-Bezerra (2004, p. 46-47), a teoria ducrotiana estabelece duas origens teóricas distintas que justificam tal necessidade. Uma sustenta que

Em toda coletividade há um conjunto não-negligenciável de tabus linguísticos: palavras que não se deve pronunciar, ou que não se pode pronunciar em determinadas situações, como também temas inteiros, formas de atividade, sentimentos, acontecimentos, dos quais não se fala, pois parecem proibidos e protegidos por uma espécie de lei do silêncio

ao passo que a outra “liga-se ao fato de que toda afirmação explicitada torna-se motivo de possíveis discussões, ou seja, tudo o que é dito pode ser contradito” (*idem, ibidem*).

A existência de um sentido implícito é que justifica a classificação de uma língua natural para além de simples código. A língua é vista como uma espécie de jogo cujas regras se estabelecem com base nas informações que podem ser ditas e nas que não o podem, ou só o podem de forma a não acarretar, para quem as transmite, nenhuma responsabilidade por isso.

Nesse sentido, esses tabus e manobras fazem revelar no interior da própria língua “todo um dispositivo de convenções e de leis, que deve ser compreendido como um quadro institucional a regular o debate dos indivíduos” (DUCROT, 1977, p. 13). Eis uma justificativa para a necessidade da pressuposição.

Para Ducrot (1977, p. 77), “pressupor não é dizer o que o ouvinte sabe ou o que se pensa que ele sabe ou deveria saber, mas situar o diálogo na hipótese de que ele já soubesse”. A pressuposição é, nesses termos, uma tática argumentativa que oferece ao locutor a possibilidade de introduzir um conteúdo pressuposto, imune à contestação, transformando o interlocutor em cúmplice.

O sentido implícito tem sua força, pois, no fato de poder ser transmitido sem que seja (normalmente) questionada a veracidade da informação em questão. Além disso, esse questionamento causaria no diálogo uma espécie de mal-estar, pois

A rejeição dos pressupostos resvala à afronta pessoal: não se debate mais o dito, mas o próprio direito de dizer, ou seja, o direito do locutor de escolher e organizar a experiência posta em discurso, segundo suas conveniências e intenções. (KOCH, 2002, p. 57)

Essa relação unilateral explica por que o locutor é isento de responsabilidades em relação à significação implícita: ele se torna responsável pelo “dito”, mas normalmente não pode ser responsabilizado por algo que, efetivamente, não foi dito no plano da superfície, mas no modo de dizer.

Embora os interlocutores possuam competência sobre a língua que falam, tenham ciência da pressuposição e capacidade de detectar pressupostos, a pressuposição tem a capacidade de impor a informação veiculada nesse nível da língua de modo que, muitas vezes, não seja contestada. Devido a esse fato, os pressupostos podem ser usados, inclusive, para transmitir informação não conhecida

pelo interlocutor, de forma menos contestável do que se integrasse o nível do sentido explícito.

Em outras palavras, além de caracterizar uma afronta à pessoa do locutor, questionar um pressuposto, que se pretende não-negociável, exige mais atenção do interlocutor do que questionar o posto, plano mais passível ao questionamento.

Nos tópicos que se seguem, serão trazidos à tela os contributos teórico-conceituais dos principais estudiosos do tema, desde a constatação e tratamento iniciais à contemporaneidade, com Oswald Ducrot e colaboradores (1977; 1981; 1989), e também de Paul Henry (1992).

3.1.1 Frege: a condição de verdade como sine qua non

Segundo Henry (1992, p. 11), as discussões a respeito da pressuposição enquanto fato teórico e concreto na linguagem têm como marco a seguinte afirmação de Frege:

a linguagem ordinária sofre deste defeito de com ela poderemos formar expressões que, do ponto de vista da forma gramatical, parecem determinadas e adequadas para designar um objeto, enquanto, em certos casos, essa determinação falha, pois depende da verdade de uma proposição.

Frege constata que há na linguagem ordinária a existência de expressões gramaticais que introduzem pressupostos responsáveis pelo fato de se poder falar muito séria e logicamente de coisas que não existem enquanto referentes mas apenas, se é possível dizer assim, verbalmente ou no pensamento. O que preocupa Frege é tentar impedir a ilusão ou a ficção de intrometer-se na linguagem quando esta visa o conhecimento, a verdade.

Os pressupostos de que trata Frege não se encontravam apenas no nível lexical, como insistiram os lógicos que o antecederam - a respeito da ambiguidade -, mas, segundo ele, a própria gramática é tal que a língua permite criar um mundo de ficções, dar aparência que os objetos existem, quando eles não existem.

Vale ressaltar que à época de Frege os estudos da linguagem não tinham caráter científico e a língua era considerada mera representação da estrutura do pensamento. Os estudos da linguagem ficavam a cargo da lógica, da filosofia, da história, da crítica literária, entre outras áreas afins. Logo, o problema percebido pelo lógico não recebeu a devida importância.

O exemplo clássico que representa a problematização feita por Frege se dá no nível dos nomes próprios, termos⁸, de estrutura sintática simples ou complexa, que apontam para um único indivíduo ou grupo de indivíduos como referentes. Para melhor entender essa definição, observe-se:

Quem descobriu a forma elíptica das órbitas dos planetas morreu na miséria.

em que a expressão “quem descobriu a forma elíptica das órbitas dos planetas” designa um ser (= Kepler) - estabelecendo, assim, uma referência (= Kepler existe). A sentença acima só será verdadeira, de acordo com Frege, se as vicissitudes predicadas a respeito desse indivíduo forem também verdadeiras, se Kepler tiver, de fato, morrido na miséria.

No que se refere a sentenças do tipo:

Papai Noel tem uma barba longa e muito branca

em que o sujeito gramatical veicula uma pressuposição existencial contrária aos fatos, o lógico afirma que elas não poderiam ser consideradas nem verdadeiras nem falsas, posto que não faria sentido predicar qualquer coisa sobre alguém que, de fato, não existisse, ou seja, não se pode afirmar a condição de verdade ou falsidade sobre sentenças que falam de Papai Noel.

Assim, há em Frege duas soluções para o problema das pressuposições: a primeira consiste em entender que a falsidade de uma proposição pressuposta

⁸ Consoante Souza (2000, p. 96), “a palavra ‘termo’ foi herdada dos lógicos - não pertence ao vocabulário estrito dos lingüistas - e não possui uma definição totalmente uniforme. No entanto, todos são acordes em que qualquer análise lógica reconhece, segundo seus próprios critérios, certos ‘blocos’ de informação. Os ‘termos’ correspondem a esses blocos, constituídos por um conjunto de palavras determinado.”.

inviabiliza falar da verdade ou falsidade da sentença em questão, ou seja, para qualquer asserção que se realize em relação à expressão destituída de uma referência o valor de verdade da sentença é nulo. Pela segunda solução, mais adequada ao propósito de construir uma linguagem científica, a falsidade de uma proposição pressuposta pode tornar falso o significado da sentença.

A esse respeito, Guimarães (1995, p. 86) afirma que

Frege (...) ao ser levado a tratar a pressuposição, trouxe para os estudos da significação a questão da exterioridade no sentido, não para incluí-la, mas para excluí-la de modo direto na sua formulação. Note-se que o único exterior a ser considerado para Frege é o dos objetos, e o dos valores de verdade. A exclusão de Frege é interessante porque o que ele exclui é a relação de sentido entre a sentença e um já-dito fora da sentença, o que ele exclui é linguagem. É a exterioridade enquanto linguagem.

Frege deixa de fora de sua teoria aquilo que não pode ter uma referência no mundo, pois parte do princípio de que a linguagem natural apresenta ambiguidades que poderiam ser eliminadas numa linguagem artificial, objetiva. Para construir essa linguagem perfeita, apela para um mundo em que nomes e sentenças precisam ter, necessariamente, uma referência. Somente quando pensa a representação é que se afasta desse mundo, mas a coloca no campo do individual.

3.1.2 Ducrot e o valor argumentativo do pressuposto

Ducrot (1977) concebe a pressuposição dentro de um quadro de descrição semântica global. Conforme o autor, uma descrição semântica comporta dois componentes: um componente “linguístico”, responsável pela atribuição de significação a cada enunciado, e um componente “retórico”, que produz o sentido efetivo de um dado enunciado numa determinada situação de uso.

No componente lingüístico, os enunciados são tomados anteriormente à intervenção do contexto. Devido à apresentação de uma estruturação sintática, tais enunciados são o ponto de partida de toda descrição semântica.

O componente retórico, por seu turno, é responsável por explicar o sentido resultante de um enunciado já na sua prática discursiva, sentido este detectado

através de um raciocínio para o qual não basta a análise do enunciado isolado; novos sentidos são descobertos quando entram em jogo as vicissitudes discursivas, afetando as intenções e o comportamento dos interlocutores. Cabe ao componente retórico, portanto, determinar o sentido efetivo do enunciado tendo em vista as “intenções” que vigoram em torno deste.

O fenômeno da pressuposição tem suas significações já estabelecidas no que podemos chamar de sentido “literal” da linguagem, que, com base em Ducrot, corresponde ao sentido de um enunciado isolado de qualquer contexto discursivo, processado no componente linguístico. Eis em que reside a diferença entre pressuposto e subentendido: aquele se situa no componente linguístico; este, no retórico. É por ser uma diretriz semântica constituinte do componente linguístico que o fenômeno da pressuposição é concebido por Ducrot como inscrito na própria língua.

É nessa perspectiva que Ducrot a considera como um ato ilocucional⁹, que determina as possibilidades de fala do interlocutor, e por essa razão pode ser utilizada como um importante instrumento na comunicação, capaz de influenciar ou persuadir os participantes do discurso, em virtude de que “pressupor não é dizer o que o ouvinte sabe ou o que se pensa que ele sabe ou deveria saber, mas situar o diálogo na hipótese de que ele já soubesse” (DUCROT, 1977, p. 77).

A abordagem da pressuposição em Ducrot (1977) está relacionada à atitude dos interlocutores na comunicação. Esse autor defende que um locutor sempre supõe que seu ouvinte está prestes a acatar uma informação pressuposta sem questioná-la. Dessa maneira, a não-aceitação de um pressuposto se constitui como uma verdadeira afronta ao interlocutor, mais até no plano pessoal que no plano das ideias.

Relacionando a perspectiva ducrotiana com a fregeana, pode-se afirmar que a condição de verdade de uma proposição é redimensionada. Para Frege, só havia

⁹ Ducrot se utiliza da Teoria dos Atos de Fala, elaborada pelo filósofo americano J. R. Searle, com base nos postulados do filósofo britânico J. L. Austin, segundo a qual todo enunciado é dotado de uma força ilocucional, isto é, carrega determinada ação, por isso “atos de fala”. Todo ato de fala é ao mesmo tempo locucionário, ilocucionário e perlocucionário. Em *Devolva-me o livro*, por exemplo, o locucionário responde por enunciar cada elemento linguístico que compõe a sentença; paralelo a isso, o ilocucionário liga-se ao ato de ordem que o enunciado encerra – ato que se realiza na linguagem; já o perlocucionário é o resultado da enunciação da sentença, que pode ser de ameaça, agrado ou desagrado - é um ato que se realiza não na linguagem, mas pela linguagem.

pertinência em se falar do que se pode verificar como verdadeiro ou falso. Aquilo que não ocupasse um ou outro posto no mundo deveria ser eliminado da linguagem. Em Ducrot, a verdade não está no mundo, mas na construção que se faz dele no jogo interlocutivo/argumentativo entre indivíduos. Dessa maneira, instaura-se a relativização da verdade, atitude que amplia o espectro da noção de verdade e do próprio valor conceitual da pressuposição.

Considerando a função da intersubjetividade na linguagem, é possível afirmar que a língua estabelece uma grande variedade de relações inter-humanas para as quais oferece não apenas a ocasião e o meio, mas também o quadro institucional, a regra. Assim, Ducrot (1977, p. 12) sustenta que a língua não é apenas o lugar onde os indivíduos se encontram, mas “o estabelecimento das regras de um jogo, e de um jogo que se confunde amplamente com a existência cotidiana”.

Segundo Ducrot, os pressupostos podem ser, fundamentalmente, condições impostas ou, fundamentalmente, elementos do conteúdo do enunciado. No primeiro caso, o pressuposto é, em primeiro lugar, condição de emprego, condição de verdade. Liga-se à noção de emprego normal: só seria normal dizer “Pedro sabe que João veio” se, de fato, João veio. Nesse exemplo, os interlocutores devem admitir a verdade de certos pressupostos, para que o enunciado faça sentido. No segundo caso, entendendo os pressupostos como elementos do conteúdo, o pressuposto está contido no sentido dos enunciados. No exemplo “Pedro sabe que João veio”, fica implícito que João veio através da própria arquitetura linguística.

Para que uma conversação se desenrole normalmente, os participantes do discurso precisam aceitar os pressupostos colocados pelo locutor, caso contrário, a comunicação é interrompida pela recusa ao diálogo oferecido. Para Ducrot, o ato de pressupor altera o direito de falar do interlocutor, enquadrando-o no diálogo oferecido pelo locutor. As pressuposições são utilizadas, então, para estabelecer os limites do discurso, isto é, impor o enquadramento necessário para a situação comunicativa.

Por fim, Ducrot admite que é o locutor quem cria, quem manipula os enunciados quando assume papéis na “comédia da fala”. Ancorado na Filosofia Analítica de Oxford (à qual se filiam Austin e Searle), ele defende que a função primordial da linguagem é a argumentação, através dos atos de fala. Mas antes mesmo dos atos de fala, a própria argumentação está inserida na língua, pois, segundo sua teoria, as palavras apontam para a enunciação. Ducrot se preocupa

com o que está inscrito na língua, não com as ideologias que a circundam, já que prioriza o contexto linguístico (e não o pragmático). Para ele, a linguagem é que cria o contexto, sendo o enunciado sempre estratégico.

3.1.3 Paul Henry e a ênfase na subjetividade

Segundo Henry (1992, p. 38), é preciso distinguir duas correntes nos trabalhos linguísticos sobre a pressuposição: uma corrente estruturalista, representada essencialmente por Ducrot, e uma transformacionalista, originária de Harris e Noam Chomsky. O enfoque estruturalista trabalha a noção de “unidades mínimas” (os fonemas), dos quais outros níveis de estruturas derivariam por combinações (fonemas > palavras > frases etc....) e defende a ideia de que a liberdade daqueles que usam a língua se daria em escala ascendente: quase nulas no nível fonológico, mais importantes no nível sintático e predominantes no semântico.

Para Chomsky, por outro lado, a gramática engloba tudo, a fonologia, a sintaxe e a semântica - não se fala mais das estruturas da língua, mas dos componentes da gramática (componentes fonológicos, sintáticos e semânticos), cujo componente de base passa a ser a sintaxe - os componentes fonológicos e semânticos só fornecem interpretações do que já foi definido no nível sintático. Nessa perspectiva, é a própria linguagem que é criadora e não o sujeito que dela se utiliza.

Henry (1992, p. 38) chama a atenção para o fato de que as duas correntes se distinguem pelo lugar que conferem à teoria da gramática: no estruturalismo, o sujeito se apropria da linguagem, que lhe serve de instrumento – e, de certa forma, ainda que haja uma recusa parcial da subjetividade, “a ordem da linguagem parece depender, pelo menos em um certo nível, daqueles que a empregam”; enquanto que, pela fórmula de Chomsky, a base da linguagem está no componente sintático, nas chamadas “estruturas profundas”, a partir das quais o sujeito pode se manifestar.

O que interessa para Henry (1992, p. 39) é o fato de que tanto em uma como em outra corrente a subjetividade desempenha um papel análogo:

em ambos os casos, o que está em questão é o que se apresenta sob o aspecto das relações da linguagem e da subjetividade com seus corolários, crenças, opiniões, convicções, etc....”.

Citar o posicionamento de Henry neste trabalho tem como intuito revelar a importância e a influência que a subjetividade exerce na linguagem, questão em certa medida posta em segundo ou terceiro plano pelas correntes por ele apontadas. Além disso, no que se refere à pressuposição, é a subjetividade com seus elementos que parecem governar a linguagem, determinar o quadro que a regula e, assim, se revelando tão importante quando a própria estrutura linguística e sua organização em termos sintáticos.

3.2 Aspectos formais da pressuposição

Em sendo a pressuposição uma categoria do implícito cuja detecção se dá pela análise dos elementos “visíveis” na língua, ou seja, presentes no nível do enunciado, ela é plenamente passível de formalização, tendo em vista a sua percepção imediata a partir desses elementos. Assim, o conteúdo pressuposto de um enunciado está vinculado ao emprego de determinadas estruturas linguísticas.

Koch (2002, p. 46) afirma que os conteúdos pressupostos são introduzidos pelos chamados marcadores de pressuposição, que são representados por elementos linguísticos tais como os verbos que indicam mudança ou permanência de estado (como *ficar, começar a, passar a, deixar de, continuar, permanecer, tornar-se* etc); os prefixos *re-, des-, em-,* etc; verbos implicativos (*conseguir, esquecer,* etc); verbos factivos – *lamentar, lastimar, sentir, saber,* etc; certos conectores circunstanciais – *desde que, antes que, depois que,* etc; advérbios – *mais, já, após,* etc; adjetivo (e orações adjetivas) – *primeira,* etc; comparações e negações

Souza (2000, p. 88), em sua dissertação intitulada *A pressuposição lingüística na estrutura da Língua Portuguesa*, propõe uma classificação que estabelece, de

certa maneira, as fronteiras entre os tipos de pressupostos e seus respectivos introdutores:

a) chamaremos 'existenciais' aos pressupostos cuja descrição básica advém dos estudos lógico-filosóficos; trata-se, na verdade, de uma nomenclatura já bem estabelecida, em relação àquelas palavras e expressões que estabelecem a referência a um determinado ser;

b) chamaremos 'adscritivos' (do latim *ad* + *scribere* = 'escrever junto (a)', 'aplicar', 'atribuir') aos pressupostos que, diferentemente dos existenciais, não propõem a existência de novas entidades, não incrementam a ontologia do universo de discurso, e sim, atribuem alguma ação ou propriedade a alguma entidade desse mesmo universo; são introduzidos ou por algumas palavras e expressões de uma língua (pressupostos lexicais) ou por certas estruturas sintáticas (pressupostos sintáticos).

Com base nessa distinção, cabe apontar que é do escopo deste trabalho a verificação dos pressupostos adscritivos. A verificação dos pressupostos existenciais não é conveniente em virtude de que a verdade sobre a existência dos seres é condição fundamental, se pensada no nível de informação compartilhada, para que o autor dos artigos possa falar sobre eles.

Outra observação deve ser feita a esse respeito: na análise que se fará logo adiante não haverá a distinção de pressupostos em lexicais e sintáticos. A apresentação da classificação de Souza (2000) serve apenas para revelar tais distinções entre introdutores de pressuposição. Ainda assim, nas análises, a identificação dos pressupostos será feita mediante a aplicação da terminologia utilizada por Souza (2000) e aqui apresentada.

Souza (2000, p. 122), apresenta como palavras que ativam pressupostos lexicais *só, somente, apenas, até, mesmo, também, além de, outro(a)(s), mais, mais um(a), prefixos re- e des- e pronomes interrogativos*, e chama a atenção para a noção de escopo, instrumento imprescindível para a manipulação desses itens lexicais. Segundo ele, "o escopo de uma determinada palavra ou expressão pode ser definido como a porção do conteúdo semântico da sentença à qual se aplicam operações semânticas desencadeadas por aquela palavra ou expressão" (p. 123), ou seja, alguns desses elementos acima apontados podem ter escopo em diferentes

porções de conteúdo semântico da sentença, desencadeando, desse modo, diferentes sentidos, e, por conseguinte, diferentes pressupostos.

Em

(1) Maria só quer estudar Português

(2) Só Maria quer estudar Português

Pela negação das sentenças acima, (1) Maria **não** só quer estudar Português, e (2) **É falso** que só Maria quer estudar Português, pode-se concluir, respectivamente, que (1) *Maria quer também estudar outra(s) disciplina(s)*; (2) *Além de Maria, outra(s) pessoa(s) quer(em) estudar Português*. O escopo de do item lexical “só” varia e modifica os sentidos das sentenças, mas o pressuposto comum a ambas de que (pp.) *Maria quer estudar Português* se mantém.

Quanto aos pressupostos sintáticos, Souza (2000, p. 138) afirma que as estruturas e os fatos sintáticos do português que introduzem pressuposição são: a) *predicados factivos*, b) *foco marcado*, c) *clivagem*, d) *auxiliares de aspecto*, e) *condicional contrafactual*, f) *nominalizações* e g) *estruturas comparativas*. Abaixo, as definições e alguns exemplos dessas estruturas:

a) **Predicados factivos** são compostos por “palavras ou expressões que admitem a complementação por oração iniciada com a expressão “o fato de”. Souza (2000, p. 140-141) destaca algumas palavras e expressões ligadas à factividade: *preocupar, aborrecer, lamentar, compreender, entender, ignorar, ressentir-se, ofender-se, interessar-se por, saber, perceber, sacar, fazer sentido, ter sentido, fazer rir, estar atento a, estar cômico/consciente/ciente de, estar a par de, levar em consideração, levar em conta, ter em mente, tornar/deixar claro, ser significativo, estranho, curioso, singular, ímpar, trágico, dramático, excitante, relevante, importante, conhecido, claro, evidente, seguro, instrutivo, triste, lamentável, deplorável, lastimável, compreensível, alarmante, fascinante, uma tragédia, um drama, motivo de riso, uma loucura*.

Em

(1) Lamentamos que seu gatinho tenha fugido de casa

o verbo *lamentar* (na forma *lamentamos*) complementado pela oração “que seu gatinho tenha fugido de casa” estabelece os pressupostos de que (pp.1) alguém tinha um gatinho em casa, e (pp.2) o gatinho desse alguém fugiu.

b) **Foco marcado** é um fenômeno oriundo da noção de foco, definido por Souza (2000, p. 150) como “um segmento da curva entoacional dotado de maior proeminência do ponto de vista da intensidade e da complexidade da curva de altura em relação aos outros segmentos de um enunciado”. Um exemplo de foco marcado na modalidade escrita pode ser revelado pelo uso de letras maiúsculas. Em

(3) Maria AGREDIU Paulo

por exemplo, cuja ênfase entoacional está no verbo “agrediu” e sugere que haja uma elevação de voz ou um prolongamento na enunciação, a negação mantém o pressuposto de que (pp) Maria fez algo contra Paulo.

c) **Clivagem** é termo derivado da expressão em inglês *cleft-sentences* (sentenças separadas, segmentadas, clivadas) e diz respeito às sentenças que apresentam algum segmento destacado em relação aos demais. Sua estrutura genérica obedece à seguinte ordem: verbo “ser” + elemento evidenciado (sintagma nominal - SN, preposicionado - SP ou adverbial – SAdv.) + partícula *que* ou *quem* (SOUZA, p. 154). Exemplo:

(4) É no Brasil que acontecerá a Copa do Mundo de futebol de 2014.

em que a sentença evidenciada é um SAdv. “no Brasil” e cuja negação mantém o pressuposto de que (pp) A Copa do Mundo de futebol de 2014 acontecerá em algum lugar.

d) **Auxiliares de aspectos** é como são chamados os verbos que indicam mudança ou permanência de estado, que, para Souza (2000, p. 161), são habitualmente chamados nos estudos da linguagem de “auxiliares tempo-aspectuais”; trata-se de verbos que se juntam a um infinitivo ou gerúndio, descrevendo fases da ação expressa pelo verbo que está em forma nominal. Os

mais comuns são: **começar (a), continuar, parar (de), terminar (de), acabar (de), vir, ir, voltar (a), dever, ter (que/de), haver (de), deixar (de), cessar de, manter(-se), tornar (a), retornar (a)**. Também entram nessa categoria alguns “operadores”, como adjuntos e outros elementos: **antes, de novo, outra vez, mais** etc. [grifos meus]

Em

- (5) Maria deixou de beber
- (6) João passou a trabalhar

as formas verbais “deixou (de)” e “passou (a)” carregam os pressupostos de que (pp.) Maria bebia e (pp.) João não trabalhava

e) **Condicional contrafactual** é uma estrutura composta por enunciados condicionais (na forma “se A, então B”), em que A corresponde ao antecedente e B ao conseqüente da forma lógica do condicional. Em português, A é expresso através de um verbo no pretérito imperfeito do subjuntivo, enquanto B o é através de um verbo no futuro do pretérito do indicativo. Há, no entanto, sentenças contendo somente uma oração com a forma verbal no imperfeito do subjuntivo ou no futuro do pretérito do indicativo: são sentenças elípticas, em que o outro termo da condição fica subentendido. Em termos pressuposicionais, o efeito é o mesmo. A informação pressuposta é voltada sempre para o momento de fala, normalmente expresso no presente do indicativo.

Em

- (7) Se o povo agisse conscientemente, não haveria corrupção política
- (8) Ah, se eu ganhasse na loteria...

Há em (7), no antecedente, o pressuposto de que (pp) o povo não age conscientemente, e no conseqüente, o pressuposto de que (pp) há corrupção política. Em (8), uma sentença elíptica, há o pressuposto de que (pp) eu não ganho na loteria.

f) **Nominalização** é o termo que designa, de acordo com Souza (2000, p. 170-171), “certos segmentos resultantes de formas verbais”, mas que possuem caráter nominal, e necessariamente veiculam pressupostos. Exemplo:

(9) A vitória do Treze sobre o Campinense foi a chave de acesso ao grupo C do Campeonato Brasileiro.

cuja negação mantém pressuposto que (pp) o Treze venceu o Campinense.

g) **Estruturas comparativas**. Segundo Souza (2000, p. 172), no português, tais estruturas, “que normalmente envolvem mais de uma oração, além de formas adjetivas específicas para tal, podem introduzir pressuposição”. No entanto, a correspondência estabelecida entre pressuposição e comparação não é tão imediata, “porque a comparação está ligada a um outro importante recurso linguístico, a argumentação, que torna o tratamento do tema bem mais complexo”. Acontece que, numa estrutura comparativa em que dois referentes são avaliados em relação a uma mesma propriedade, podemos ser levados à generalização de que ambos os referentes possuam a propriedade em questão, mas o contexto pode, inclusive, negar a existência dessa tal propriedade, especialmente em se tratando de comparações em tom irônico. Em

(10) Mário é tão elegante quanto Fernando

(11) Mário não é menos elegante que Fernando

(12) Mário é menos elegante ainda que Fernando

se há no contexto de (10) a informação de que Fernando pouco se importa com convenções e etiquetas ligadas ao estilo de como se comportar e se vestir, está-se afirmando que Mário não é elegante, e, num outro entendimento, que Mário = Fernando. Em (11) há o pressuposto de que (pp) Fernando é elegante. Já em (12) há o pressuposto de que (pp) Fernando não é elegante.

De modo geral, são esses os elementos introdutórios de pressuposição no nível sintático. Somados aos que se dão no nível lexical, formam um panorama das formas de manifestação da pressuposição em língua portuguesa.

O capítulo seguinte traz a lume um breve estudo sobre a definição de gêneros textuais, bem como uma explanação acerca do Artigo de Opinião, gênero que se faz objeto de estudo no presente trabalho. Com base, pois, nessas discussões, torna-se possível revelar a(s) relação(ões) entre Pressuposição e Artigo de Opinião, mote que guia a investigação até aqui encaminhada.

4 O ARTIGO DE OPINIÃO: MAIS LIBERDADE PARA ARGUMENTAR?

Antes de trazer a lume uma definição que responda por Artigo de Opinião enquanto gênero textual, cumpre traçar um breve panorama da evolução dos estudos acerca do entendimento da noção de texto.

4.1 Da definição de gêneros textuais

No Dicionário de Linguagem e Linguística de Trask (2008, p. 291), o verbete *texto* apresenta a seguinte definição: “uma porção contínua de língua falada ou escrita, especialmente quando tem um começo e um fim reconhecíveis”. Mas, salienta o autor, antes de se chegar a essa definição, o texto enquanto objeto de estudo foi manipulado das mais diversas maneiras.

Por muito tempo os linguistas usaram a palavra texto largamente para denotar qualquer trecho de língua em que, por acaso, estivessem interessados. No entanto, a partir da década de 1960, a noção de texto ganhou *status* teórico em diferentes domínios.

Trask assinala que,

para alguns linguistas, não há diferença entre texto e discurso. Para outros, um texto é mais ou menos um produto físico, aquilo que resulta de um discurso, que é, por sua vez, analisado como um processo, que leva à construção de um texto. Para outros ainda, um texto se define em primeiro lugar pelo fato de ter um propósito identificável.

E há quem conceba o texto enquanto abstração, cuja realização física seria o discurso; bem como aqueles que entendem o texto como sendo escrito, e o discurso, falado.

A partir da década de 1980, com o surgimento de estudos e teorias inspirados no sociointeracionismo, na teoria da enunciação e do discurso, e na linguística textual, há uma mudança substancial na forma de conceber a linguagem, que passa a ser entendida

(...) como atividade, como forma de ação, *ação interindividual finalisticamente orientada*; como lugar de interação que possibilita aos membros de uma sociedade a prática dos mais diversos tipos de atos [grifo meu] (KOCH, 2006, p.6).

Isso significa que a linguagem é uma forma de interação dos sujeitos e o texto é a materialização dessa interação. Os enunciados linguísticos, assim, passam a ser considerados pelas relações entre si e o contexto de uso, suas condições de produção e o processo mental de todos esses elementos pelos falantes.

Nesse sentido, os estudiosos que procuravam contornar os limites da matéria que se poderia chamar de discurso/texto passaram a assimilar às suas definições formulações e contributos da teoria bakhtiniana de gêneros, segundo a qual os gêneros do discurso são formas lingüísticas concretas caracterizadas por conteúdo temático (assunto ou tema), construção composicional (estrutura formal) e estilo (tipo de linguagem). Bakhtin (1992, p. 273) afirma que os gêneros são heterogêneos e variados como são variadas as esferas da atividade humana, e definem-se, fundamentalmente, por seus propósitos comunicativos.

O autor sobredito divide os gêneros em primários e secundários. Para ele, os gêneros primários são aqueles ligados ao cotidiano – como a conversação espontânea, por exemplo – materializados em instâncias privadas de uso. Quanto aos secundários, esses “aparecem em circunstâncias de comunicação cultural, mais complexa e relativamente mais evoluída, principalmente escrita” (BAKHTIN, 1992, p. 281), isto é, são materializados em instâncias públicas de uso, a exemplo do artigo de opinião, gênero frequentemente veiculado por suportes de grande alcance, como jornais e revistas.

Para Bakhtin, os gêneros são formas relativamente estáveis que funcionam em situações de comunicação diversas e se prestam a objetivos definidos, não constituindo, portanto, estruturas amalgamadas e enrijecidas, cujo domínio pode garantir o sucesso na interação verbal.

Na esteira desse entendimento está Marcuschi (2002, p. 19), que entende os gêneros como “entidades sócio-discursivas e formas de ação social”, enfatizando seu caráter flexível e maleável, bem como sua dinamicidade e plasticidade. Segundo ele, os gêneros não se definem nem se caracterizam “por aspectos formais, sejam eles estruturais ou lingüísticos, e sim por aspectos sócio-comunicativos e funcionais” (p. 21). Dominar um gênero, nesse sentido, significa dominar uma forma de realizar

linguisticamente os objetivos pretendidos, haja vista que os usos que deles fazemos tencionam atender às nossas necessidades comunicativas.

A respeito dos aspectos sociocomunicativos e funcionais que caracterizam os gêneros, Schneuwly (2004, p. 26), cujos estudos também se ancoram nos postulados bakhtinianos, afirma que a opção por este ou aquele, em meio a um conjunto de gêneros, está diretamente relacionada a parâmetros tais como “finalidade, destinatários, conteúdo”. Para ele, o gênero é um (mega)instrumento que permite aos sujeitos agirem discursivamente numa dada situação - em consonância com os parâmetros já descritos -, enfatizando que sua forma ou estrutura se define por sua função.

A ênfase na função sócio-comunicativa dos gêneros e não em seus traços puramente formais também chama a atenção de Bazerman (2005, p. 22), para quem a caracterização dos gêneros não pode se limitar a descrever “um número fixo de elementos”, uma vez que isso revelaria uma noção de gêneros como atemporais, negando o papel ativo dos sujeitos. Sustenta, ainda, que os gêneros são aquilo que as pessoas acreditam que eles sejam, isto é, são aquilo que elas reconhecem como gêneros, constituindo-se ainda como “formas textuais padronizadas, típicas e, portanto, inteligíveis” (p. 31).

Assim, consideradas as investigações acima apontadas, pode-se afirmar que os gêneros são, portanto, organizadores das atividades sociais: por meio deles os sujeitos realizam ações ou agem sobre o mundo. É à luz desse entendimento que se concebe o gênero *artigo de opinião*, tomado como unidade da análise pretendida neste trabalho.

4.2 Do gênero artigo de opinião

De acordo com o Novo Manual da Redação, do jornal *Folha de S. Paulo* (2000, p. 54, 123), o artigo de opinião

é definido como um gênero jornalístico que ‘traz interpretação ou opinião do autor’. Por isso, ele sempre é assinado. A autoria e outras informações sobre o articulista, como idade, profissão, função ou cargo constam no pé

biográfico (nome do autor em letras maiúsculas e em negrito; informações biográficas, em letra minúscula, sem negrito).

Numa definição voltada ao nível sociodiscursivo, Rodrigues (2001, p. 130) afirma que o artigo de opinião encerra “o sentido de texto escrito, veiculado por jornais ou revistas, semelhante ao que acontece com a expressão *matéria jornalística*”. É um gênero “onde se constrói a defesa de um ponto de vista particular a respeito de um tema da atualidade” (p. 35), em que a opinião adotada não necessita coincidir com a do suporte que o veicula. A autoria do artigo é de grande relevância, por isso a identificação exige, além do nome, a profissão, função ou cargo.

A esse respeito, é salutar apontar que o artigo de opinião tem como núcleo discursivo um tema social ou de foro pessoal que alcance dimensão pública, atual ou passível de atualização, sobre o qual há duas ou mais opiniões divergentes. São, por isso, considerados temas *polêmicos*, ou seja, que suscitam uma variedade de pontos-de-vista. Conforme Silva (2008, p. 54),

podemos afirmar que seus conteúdos tratam de questões polêmicas que afetam um grande número de pessoas. O articulista busca esclarecer essas questões, por meio de uma discussão o mais ampla possível, no sentido da apresentação de argumentos prós e contra a sua posição. Além de exigirem a utilização da argumentação, esses gêneros incrementam a discussão de problemas concernentes aos interesses da sociedade como um todo.

Escrever um artigo é, nesses termos, procurar convencer um “auditório universal” dividido, e a pedra-de-toque desse gênero é a autoridade e a capacidade de argumentar consistentemente para defender o ponto-de-vista adotado. Ainda para Silva (2008, p. 121), de modo geral

o artigo de opinião é produzido em linguagem direta e simples, de modo a ser acessível à maioria dos leitores. Seu conteúdo trata de problemas atuais nos quais o interlocutor está, de uma forma ou de outra, envolvido, procurando informações e perspectivas que consolidem as próprias opiniões, conservando-as ou transformando-as.

Quanto à circunscrição do gênero artigo de opinião, é preciso lidar com a *inexistência de uniformidade padrão* (SILVA, 2008) e com o fato de que *no artigo a forma flui do fundo, apresentado o estilo do articulista* (VIVALDI, 1973 *apud* SILVA, 2008). Além disso, Rodrigues (2001, p. 129) observa alguns traços comuns com outros gêneros:

a sua interação autor/leitor não se dá no mesmo espaço e tempo físicos; também não se dá 'de pessoa a pessoa', mas é 'mediada' ideologicamente pela esfera do jornalismo; ele tem uma determinada periodicidade (diária, semanal) e 'validade' prevista (um curso de vinte e quatro horas nos jornais diários; de uma semana etc.).

A esse respeito, vale trazer novamente à tela a fala de Marcuschi (2002, p. 21), para quem os gêneros não se definem nem se caracterizam “por aspectos formais, sejam eles estruturais ou lingüísticos, e sim por aspectos sócio-comunicativos e funcionais”, e também a de Bazerman (2005, p. 22), para quem os gêneros são aquilo que as pessoas acreditam que eles sejam, isto é, são aquilo que elas reconhecem como gêneros. Além disso, outros elementos concorrem para a distinção do gênero artigo de opinião.

Para Melo (2003, p. 123) o artigo é “uma matéria jornalística onde alguém (jornalista ou não) desenvolve uma ideia e apresenta sua opinião”. Nessa perspectiva, o artigo comporta considerável relevância na imprensa, proporcionando dinamismo à comunicação jornalística para além do jornalismo nomeadamente informativo e da ideologia subjacente à opinião do jornal, apresentando outros ângulos de análise, novas perspectivas e idéias sobre o cenário sócio-político.

O artigo é o gênero que *democratiza* a opinião no jornalismo, tornando-a não um privilégio da instituição jornalística e dos seus profissionais, mas possibilitando o seu acesso às lideranças emergentes na sociedade. [grifo meu]. É claro que essa democratização constitui uma decorrência do espírito de cada veículo: sua disposição para abrir-se à sociedade e instituir o debate permanente dos problemas nacionais. (MELO, 2003, p.122).

Na ótica de Melo (2003, p. 125), a produção do artigo investe o autor de plena liberdade, “liberdade em relação ao tema, ao juízo de valor emitido, e também em relação ao modo de expressão verbal”. Vale salientar que o artigo de opinião pode ser produzido por quem não é jornalista e para suportes outros que não os jornalísticos, como é o caso do artigo de opinião trabalhado no meio escolar. Na esfera jornalística, a autoria do artigo é geralmente de um profissional da área ou de um colaborador convidado pelo suporte para apresentar sua opinião. Nesse sentido, o autor dos artigos analisados neste trabalho (Stephen Kanitz), como não é jornalista profissional, se caracteriza como colaborador¹⁰ convidado.

¹⁰ O artigo de colaborador, segundo Rodrigues (2001, p.134), passa por uma análise que avalia “grau de conhecimento sobre o assunto, qualidade do texto, atualidade jornalística do tema e caráter

No que tange à composição, Rodrigues (2001, p. 134) afirma que o artigo pode ser produzido em primeira pessoa, quando há maior liberdade para o uso de adjetivos, admissão do recurso à ironia e o emprego de frases nominais nos títulos. A modificação de um artigo de colaborador pela Direção de Redação, que não seja em termos de adequação às normas gramaticais e à padronização gráfica, só pode acontecer com a aceitação prévia do autor. Com base nessa norma de conduta jornalística, pode-se supor que a compreensão e a produção textual do artigo de opinião ocorrem de maneira menos passiva, menos alienada.

Tal suposição somada ao fato de o artigo de opinião ser, teoricamente, democratizador da opinião jornalística, especialmente quando a autoria não é de profissional jornalista, pode representar, em termos do suporte, imparcialidade e abertura política. No entanto, foge ao escopo deste trabalho a verificação de aspectos de ordem político-ideológica de que se possam revestir tanto o suporte (a Revista *Veja*) quanto o autor dos artigos (Stephen Kanitz), dados cuja competência investigativa é de outros domínios (*Análise do Discurso*, por exemplo). Por outro lado, um trabalho sobre pressuposição em perspectiva ducrotiana, que plasma de alguma forma semântica e pragmática, evidentemente revelará alguns elementos que certamente servirão de mote para estudos que se ocupam de discurso e ideologia.

5 DA METODOLOGIA À ANÁLISE DOS DADOS

5.1 A metodologia da pesquisa

O *corpus* que se presta a esta investigação é constituído por 03 (três) textos do gênero artigo de opinião, de autoria de Stephen Charles Kanitz, professor, consultor empresarial e conferencista, que se tornou conhecido no Brasil pela seção *Ponto de Vista*, que passou a assinar na Revista *Veja* desde 1998. Os textos foram extraídos aleatoriamente de sua *homepage*¹¹, do menu “Artigos”¹², seção “Artigos + [mais] lidos”¹³, cuja ordem se dá pelo número de acessos dos internautas.

Apesar de extraídos da página virtual de Stephen Kanitz, os artigos foram originalmente publicados na Revista *Veja*, fato que merece apreciação.

Veja é uma revista publicada semanalmente no país, e, conforme apontado anteriormente (*vide* nota de rodapé nº 5), está entre os maiores fenômenos editoriais do mundo, ficando atrás apenas das norte-americanas *Time*, *Newsweek* e *US News & World Report*. Cinquenta e nove por cento dos leitores de *Veja* a consideram uma formadora de opinião. Assim, textos publicados numa revista com esses predicados, especialmente numa seção que se intitula *Ponto de vista*, merecem ser objetos de investigação em termos de argumentação.

A escolha do *corpus* foi motivada não apenas pelo gênero textual ao qual pertencem os textos (*artigo de opinião* - essencialmente argumentativo), mas também por estarem entre os mais lidos dentre uma grande variedade de artigos que o autor tem disponíveis em sua *homepage*. O fato de esses artigos terem sido publicados anteriormente em *Veja* permite inferir que a busca no site possivelmente

¹¹ http://www.kanitz.com/index_refresh.htm

¹² <http://blog.kanitz.com.br/artigos.html>

¹³ <http://blog.kanitz.com.br/melhores-artigos-segundo-os-leitores.html>

tenha se guiado pelo contato prévio com a revista ou pela repercussão que esses textos tiveram quando de sua publicação.

5.2 A metodologia de análise

Para a formalização da análise, os textos que compõem o *corpus* estão postos em ordem cronológica (de acordo com a data de publicação na Revista *Veja*) e identificados com a sigla A.O. (Artigo de Opinião) seguida do número da ordem estabelecida, entre colchetes ([A.O.1], por exemplo). Os parágrafos de cada artigo estão identificados com um numeral arábico entre parênteses ((1), por exemplo).

Para evitar que a análise requeira do leitor deste trabalho o movimento de, a cada enunciado em análise, ter de consultar o artigo em página relativamente distante (que seriam os anexos), optou-se pela apresentação do texto integral em *itálico*, espaçamento simples (diferentemente do restante do trabalho, em espaçamento 1,5), codificado de acordo com o procedimento acima apontado, em bordas simples, antes de sua respectiva análise.

5.3 A análise

A revelação e a identificação do conteúdo pressuposto – o não-dito/ implícito – serão sinalizadas por [pp.] e em **negrito**, seguida da discussão pertinente. A não apresentação do conteúdo posto, que na literatura acerca do assunto é representado por [p.], se dá em função de este já constar em cada texto analisado, nos quais se pode verificar.

Cumpram apontar que nem todos os ativadores de pressupostos têm relevância para este trabalho, a exemplo dos pressupostos existenciais. Serão evidenciados apenas os pressupostos adscritivos (i. e, lexicais e sintáticos), em especial os que possam figurar como estratégias argumentativas no texto. Outro dado relevante é a existência de pressuposição revelada pela relação entre porções maiores do texto, o que também será apontado, caso haja. Assim, ao longo da identificação dos pressupostos mais relevantes de cada artigo, há apontamentos sobre implicações

sociodiscursivas que se ligam aos conteúdos pressupostos compreendidos pela leitura integral de cada texto.

5.3.1 [A.O.1] Cargos de desconfiança¹⁴

(1) *Daqui a três meses os governadores eleitos terão de enfrentar um dos maiores pesadelos de um político. Como preencher as centenas de cargos de confiança que compõem um governo. O número exato de cargos varia de estado para estado. Para o governo federal eu já ouvi estimativas que variavam de 2.000 a 20.000 cargos a ser preenchidos.*

(2) *O problema é que a maioria dos políticos não conhece um número suficiente de pessoas em quem realmente possa confiar. Ao contrário dos grandes executivos e profissionais que desenvolvem listas de colaboradores ao longo de suas carreiras, os políticos normalmente acumulam listas de pessoas em quem não se deve confiar, pelo menos politicamente. Poucos convivem, no dia a dia da batalha por votos, com administradores profissionais, orçamentistas empresariais, gerentes de RH e planejadores, profissionais necessários para um bom governo.*

(3) *Por isso, as primeiras pessoas convidadas são normalmente amigos e parentes de irrestrita confiança. O desespero é tal que até genros, normalmente vistos com certa suspeita na escala familiar, são convidados para participar da equipe de governo. Não que amigos e parentes não possam ser pessoas competentes, mas a base de escolha é muito pequena para que a média seja qualificada. Imaginem criar uma seleção de futebol dessa maneira. Você apostaria no seu sucesso? O mesmo ocorre com nossas equipes de governo. Você apostaria no sucesso de um governo assim constituído?*

(4) *A primeira decepção de cada novo governo e a primeira crítica que a imprensa lhe faz ocorrem por ocasião do anúncio da equipe e dos parentes contratados. Insinua-se em alguns relatos, que parentes foram contratados para que todos se tornem ricos, o que pelos salários atuais do setor público é praticamente impossível.*

(5) *O erro que a maioria dos políticos eleitos comete é desconhecer uma das leis básicas da administração: todo cargo, seja público, seja privado, é de total e irrestrita desconfiança. Infelizmente, todo colaborador, por mais amigo que seja, precisa ser tratado com certa dose de desconfiança.*

(6) *Os maiores desfalques em empresas familiares são cometidos por parentes, em que não escapa nem filhos, muito menos genros. Bons amigos então, nem se fala. De onde surgiu este mito de que amigo do peito e parente não roubam?*

(7) *Essa prática não é exclusiva de nossos políticos. A maioria de nossas empresas contrata diretores da mesma maneira, tanto que são chamadas de empresas 'familiares'.*

¹⁴ Publicado na Revista Veja, Editora Abril, na edição 1560, nº 33, de 19 de agosto de 1998, página 22.

(8) *A saída para esse dilema é outra. Em vez de contratar um amigo do peito, selecione o melhor e mais qualificado profissional possível para o cargo, independente de conhecê-lo ou não. Em seguida, cerque o contratado de controles gerenciais, fiscalização interna, auditoria externa, o que for necessário para manter o pessoal na linha.*

(9) *As multinacionais não trazem mais um presidente de confiança do exterior como faziam antigamente. Contratam brasileiros, sejam eles amigos dos acionistas ou não. Dois brasileiros, Alain Belda Fernandez e Henrique de Campos Meirelles, são presidentes da matriz americana das multinacionais em que trabalham, o equivalente a contratar um americano para cuidar de nossa dívida externa. No Brasil, o melhor administrador financeiro do país tem poucas chances de ser Ministro da Fazenda, se já não for amigo do presidente bem antes de sua eleição.*

(10) *Cargo de confiança é simplesmente um conceito anacrônico, algo do passado pré-gerencial. Num mundo competitivo, todos os cargos, incluindo os do governo, precisam ser de total e irrestrita competência, e não de confiança.*

(11) *A rigor, num mundo globalizado, onde temos de dominar alguns segmentos da economia mundial, deveríamos estar contratando os melhores do mundo. Pelo menos algum dia vamos começar timidamente desde o início, contratando os melhores brasileiros.*

(12) *Ps – se você, amigo ou parente de político, for convidado para um cargo de confiança nos próximos três meses sem ter pelo menos vinte anos de experiência na área, a nação encarecidamente implora: recuse delicadamente.*

O texto *Cargos de desconfiança* aborda a questão da contratação de pessoas para cargos ditos “de confiança”. Stephen Kanitz inicialmente aborda a questão numa perspectiva política, tendo em vista a proximidade das eleições para governador (evidenciada pela locução adverbial “daqui a três meses”).

Em (1), o auxiliar aspectual na forma “terão de” ligado ao verbo “enfrentar”, aponta para uma mudança de estado, revelando que **[pp.] os governadores ainda não enfrentam este pesadelo**. A nominalização “um dos maiores pesadelos de um político” revela que **[pp.] um político tem pesadelos**, e a expressão “um dos maiores” amplia o conteúdo pressuposto para **[pp.] um político tem grandes pesadelos**.

No parágrafo (2), há a oração adjetiva restritiva “que desenvolvem listas de colaboradores ao longo de suas carreiras” ligada a “grandes executivos e profissionais” que traz como pressuposto **[pp.] grandes executivos e profissionais desenvolvem listas de colaboradores**; mais adiante, a passagem “profissionais necessários para um bom governo” em referência a “administradores profissionais, orçamentistas empresariais, gerentes de RH e planejadores” revela o pressuposto de que **[pp.] [estes profissionais] são necessários para um bom governo**.

Em (3), o adjetivo “primeiras” referindo-se a “pessoas” revela que **[pp.] outras pessoas, além de amigos e parentes de irrestrita confiança, são convidadas.** Na sequência, o item lexical “até”, com escopo no termo “genros”, traz o pressuposto de que **[pp.] toda a família é contratada.** Além de que, o advérbio “normalmente” imprimindo circunstância ao fato de que “genros” são “vistos com certa suspeita na escala familiar” resiste à negação da sentença e mantém o pressuposto de que **[pp.] genros são visto com suspeita na escala familiar** – o que justifica o emprego do operador argumentativo “até” em sentido de inclusão.

Em (4), o adjetivo “primeira” aparece determinando “decepção” e, em seguida, “crítica”, pressupondo que **[pp.] há outras decepções em cada novo governo e [pp.] a imprensa lhe faz outras críticas.** Pela regra da negação, se se disser que tais decepções e críticas NÃO ocorrem em virtude do “anúncio da equipe e dos parentes contratados”, se mantém o pressuposto de que **[pp.] parentes são contratados.** Adiante, o auxiliar aspectual “se tornem”, que relaciona “parentes foram contratados” e “ricos”, pressupõe que **[pp.] os parentes contratados não são ricos.** Em (5), o verbo factivo na forma “desconhecer” liga-se a[o fato de que] “todo cargo, seja público, seja privado, é de total e irrestrita desconfiança”, cujo pressuposto é **[pp.] todo cargo é de desconfiança**, que é “uma das leis básicas da administração” – **[pp.] a administração possui outras leis básicas.** No período que se segue, tem-se “*todo colaborador, por mais amigo que seja, precisa ser tratado com certa dose de desconfiança*”, em que a locução verbal de caráter aspectual “precisa ser” revela o pressuposto de que **[pp.] todo colaborador [amigo] não é tratado com certa dose de desconfiança.**

Depois, traz à tela outros setores em que acontece esse tipo de contratação, a exemplo de empresas “familiares”, para defender sua tese de que não existe mais esse tipo de contrato, e que a desconfiança é necessária à manutenção da ordem, além de que a contratação deveria se dar por competência, inclusive para cargos políticos, e não por confiança.

No parágrafo (6), a nominalização “Os maiores desfalques em empresas familiares” traz como pressuposto **[pp.] há grandes desfalques em empresas familiares.** Se se nega que “*são cometidos por parentes*”, além de se manter o pressuposto acima apontado, acresce-se o pressuposto de que **[pp.] outras pessoas cometem desfalques em empresas familiares.** Ainda neste parágrafo, a

interrogação “de onde surgiu este mito de que amigo do peito e parente não roubam?” revela o pressuposto de que **[pp.] amigo do peito e parente roubam**.

Em (8), a nominalização “a saída para esse dilema” revela o pressuposto de que **[pp.] esse dilema tem saída**. Tal saída se apresenta neste e no parágrafo (9), quando o autor aconselha que a contratação se dê por competência, não por confiança, citando os casos dos brasileiros que presidem as matrizes das multinacionais em que trabalham – fato que ilustra sua tese. Além disso, em (10) ele julga o conceito de cargo de confiança “anacrônico” e “pré-gerencial”, os porquês de sua ineficácia na atual conjuntura.

Em (11) os pressupostos se deixam revelar pelas formas verbais “deveríamos estar contratando” e “vamos começar (...) contratando”, formas perifrásticas, que implicam, respectivamente, **[pp.] não estamos contratado os melhores do mundo** e **[pp.] não contratamos os melhores brasileiros**. No parágrafo (12), o autor retoma a questão político-partidária, mote para o tema do artigo, e em tom de súplica pede que o leitor, amigo ou parente de político que não tenha, “pelo menos”, vinte anos de experiência na área, em nome da pátria, não aceite convite para cargo de confiança.

Há conteúdos pressupostos que apresentam valor semântico-discursivo de impacto, por isso vêm implícitos, e, dessa forma, eximem o locutor da grande responsabilidade de tê-los “dito”. Observe-se que, se estes conteúdos pressupostos *[pp.] amigo do peito e parente roubam*, *[pp.] há grandes desfalques em empresas familiares*, *[pp.] todo colaborador [amigo] não é tratado com certa dose de desconfiança*, *[pp.] não estamos contratando os melhores do mundo*, *[pp.] não contratamos os melhores brasileiros* e *[pp.] todo cargo é de desconfiança* viessem no plano do posto, o autor do artigo se responsabilizaria por veicular um discurso um tanto indigesto ao leitor.

5.3.2 [A.O.2] O poder da validação¹⁵

(1) *Todo mundo é inseguro, sem exceção. Os super-confiantes simplesmente disfarçam melhor. Não escapam pais, professores, chefes nem colegas de trabalho.*

(2) *Afinal, ninguém é de ferro. Paulo Autran treme nas bases nos primeiros minutos de cada apresentação, mesmo que a peça já tenha sido encenada 500 vezes. Só depois da primeira risada, da primeira reação do público, é que o ator se relaxa e parte tranquilo para o resto do espetáculo. Eu, para ser absolutamente sincero, fico inseguro a cada novo artigo que escrevo, e corro desesperado para ver os primeiros e-mails que chegam.*

(3) *Insegurança é o problema humano número 1. O mundo seria muito menos neurótico, louco e agitado se fôssemos todos um pouco menos inseguros. Trabalharíamos menos, curtiríamos mais a vida, levaríamos a vida mais na esportiva. Mas como reduzir esta insegurança?*

(4) *Alguns acreditam que estudando mais, ganhando mais, trabalhando mais resolveriam o problema. Ledo engano, por uma simples razão: segurança não depende da gente, depende dos outros. Está totalmente fora do nosso controle. Por isso segurança nunca é conquistada definitivamente, ela é sempre temporária, efêmera.*

(5) *Segurança depende de um processo que chamo de "validação", embora para os estatísticos o significado seja outro. Validação estatística significa certificar-se de que um dado ou informação é verdadeiro, mas eu uso esse termo para seres humanos. Validar alguém seria confirmar que essa pessoa existe, que ela é real, verdadeira, que ela tem valor.*

(6) *Todos nós precisamos ser validados pelos outros, constantemente. Alguém tem de dizer que você é bonito ou bonita, por mais bonito ou bonita que você seja. O autoconhecimento, tão decantado por filósofos, não resolve o problema. Ninguém pode autovalidar-se, por definição.*

(7) *Você sempre será um ninguém, a não ser que outros o validem como alguém. Validar o outro significa confirmá-lo, como dizer: "você tem significado para mim". Validar é o que um namorado ou namorada faz quando lhe diz: "gosto de você pelo que você é". Quem cunhou a frase "por trás de um grande homem existe uma grande mulher" (e vice-versa) provavelmente estava pensando nesse poder de validação que só uma companheira amorosa e presente no dia-a-dia poderá dar.*

(8) *Um simples olhar, um sorriso, um singelo elogio são suficientes para você validar todo mundo. Estamos tão preocupados com a nossa própria insegurança, que não temos tempo para sair validando os outros. Estamos tão preocupados em mostrar que somos o "máximo", que esquecemos de dizer aos nossos amigos, filhos e cônjuges que o "máximo" são eles. Puxamos o saco de quem não gostamos, esquecemos de validar aqueles que admiramos.*

(9) *Por falta de validação, criamos um mundo consumista, onde se valoriza o ter e não o ser. Por falta de validação, criamos um mundo onde todos querem mostrar-se, ou dominar os outros em busca de poder.*

¹⁵ Publicado na Revista Veja, edição 1705, ano 34, nº 24, 20 de junho de 2001, pág.22

(10) Validação permite que pessoas sejam aceitas pelo que realmente são, e não pelo que gostaríamos que fossem. Mas, justamente graças à validação, elas começarão a acreditar em si mesmas e crescerão para ser o que queremos.

(11) Se quisermos tornar o mundo menos inseguro e melhor, precisaremos treinar e exercitar uma nova competência: validar alguém todo dia. Um elogio certo, um sorriso, os parabéns na hora certa, uma salva de palmas, um beijo, um dedão para cima, um "valeu, cara, valeu".

(12) Você já validou alguém hoje? Então comece já, por mais inseguro que você esteja.

“O poder da validação” aborda o problema da insegurança em termos de auto-confiança, sensação da qual, segundo o autor, ninguém escapa, nem os “super-confiantes”. No parágrafo (1), quando Kanitz afirma que os “super-confiantes simplesmente disfarçam melhor”, lança o primeiro pressuposto do texto, recuperável pela leitura do período que precede esse trecho e pelo advérbio “melhor”, **[pp.] todo mundo disfarça [ser seguro]**.

Em (2), o autor cita o caso de Paulo Autran, alguém de quem, devido à nominalização “primeiros minutos de cada apresentação”, se pode pressupor **[pp.] Paulo Autran se apresenta [com certa frequência]**. Nesse mesmo período, a oração concessiva “mesmo que a peça já tenha sido encenada 500 vezes” acrescenta ao pressuposto anterior a informação também pressuposta de que **[pp.] Paulo Autran atua em peça [teatral]**. Em seguida, na passagem “depois da primeira risada, da primeira reação do público”, o adjetivo “primeira”, determinando “risada” e “reação do público”, revela que **[pp.] o público ri [durante o espetáculo]**. Aqui, ressalte-se uma inferência possibilitada pelos pressupostos: Paulo Autran é um famoso ator de teatro (já que sua citação no texto dispensa apresentação) e faz comédia. A referência a este ator funciona como um argumento de autoridade, pois ilustra que até mesmo um profissional de grande experiência assume ser inseguro.

Ainda no parágrafo (2), na passagem “a cada novo artigo que escrevo”, há o pressuposto **[pp.] eu escrevo artigos**, revelado pelo pronome “cada” junto ao adjetivo “novo”. Além de que, em “os primeiros e-mails que chegam”, o adjetivo “primeiros” faz pressupor que **[pp.] chegam mais e-mails**. Estes últimos pressupostos, somados ao enunciado em que ocorrem, permitem a inferência de mais um argumento de autoridade: o próprio autor do artigo se insinua experiente, mas reconhece que fica inseguro a cada artigo que lança.

No parágrafo (3), o segundo período apresenta uma oração contrafactual que relaciona os pressupostos **[pp.] o mundo é muito neurótico, louco e agitado e [pp.] somos todos muito inseguros**. No período seguinte, as formas verbais – e seus respectivos advérbios -, “trabalharíamos [menos]”, “curtiríamos [mais]” e “levaríamos [mais]”, no futuro do pretérito, revelam, respectivamente, os pressupostos de que **[pp.] trabalhamos mais, [pp.] curtimos menos e [pp.] levamos [a vida] menos [na esportiva]**.

Nos parágrafos (4), (5) e (6) não constam pressupostos que interessem citar nesta análise. No entanto, é no parágrafo (4) que se encontra a tese do artigo: “segurança não depende da gente, depende dos outros”, que se justifica pela relação que o autor estabelece entre segurança/confiança e o processo de *validação* de que ele fala em (5). Em (6), Kanitz fala da necessidade que temos de que o outro nos valide, nos perceba, para que reduzamos nosso nível de insegurança.

No parágrafo (7), o autor, exemplificando o processo de validação, cita um fato típico da relação namorado/namorada que revela o pressuposto **[pp.] namorado/namorada diz “gosto de você pelo que é”**, e nesse sentido pode-se dizer que se trata de uma informação supostamente compartilhada pelo interlocutor. Em seguida, quando diz “quem cunhou a frase ‘por trás de um grande homem existe uma grande mulher’”, verifica-se um pressuposto nos moldes de um dos estudados por Frege – *quem descobriu a forma elíptica das órbitas dos planetas morreu na miséria*, em que o trecho sublinhado corresponde a um nome próprio, de acordo com o lógico, e revela o pressuposto de que *alguém descobriu a forma elíptica das órbitas dos planetas*, assim como se pode pressupor que **[pp.] alguém cunhou a frase por trás de um grande homem existe uma grande mulher**.

O parágrafo (8) apresenta a oração adjetiva explicativa “que não temos tempo para sair validando os outros” cujo pressuposto é **[pp.] não validamos os outros**. Na sequência, o verbo factivo na forma “esquecemos” introduz o pressuposto de que **[pp.] nossos amigos, filhos e cônjuges são o “máximo” [grifo do autor]**. No parágrafo (9), o autor apresenta o que ele percebe como consequência da falta de validação: “a criação de um mundo consumista, onde se valoriza o ter e não o ser”

Em (10), a locução verbal encabeçada pelo auxiliar aspectual “começarão [a acreditar]”, que denota mudança de estado, revela o pressuposto de que, por falta de validação, **[pp.] [as pessoas] não acreditam em si**.

O parágrafo (11) tem início com uma oração subordinada condicional que relaciona “quisermos tornar”, locução verbal que, pela presença do auxiliar aspectual “tornar”, revela o pressuposto **[pp.] o mundo é inseguro e pode ser melhorado** a “precisamos treinar e exercitar”, que também conduz um pressuposto: o de que **[pp.] não treinamos nem exercitamos [a validação]**.

Arrematando o artigo, o parágrafo (12) traz uma pergunta retórica: “você já validou alguém hoje?”, seguida do conselho “então comece já, por mais inseguro que você esteja”, que, em termos formais, não veicula uma pressuposição linguística, mas pode-se perceber um pressuposto discursivo: **[pp.] você não validou alguém hoje**, base para a realização do parágrafo.

Observe-se que o artigo apresenta alguns pressupostos-base para a progressão textual que não necessariamente comportam informações que viessem a responsabilizar seriamente o autor se as tivesse trazido no nível do enunciado. Em termos de discurso e ideologia, inclusive, Kanitz aponta a falta de validação como sendo um problema de todo mundo. No entanto, nas passagens em que fala do ator Paulo Autran e também de si mesmo, o autor se serve da pressuposição para reafirmar a fama e a experiência daquele e para não parecer soberbo quanto às suas próprias. É nesse ponto que se verifica, de forma mais nítida, o valor argumentativo da pressuposição no texto.

5.3.3 [A.O. 3] O segredo do casamento¹⁶

(1) Meus amigos separados não cansam de me perguntar como eu consegui ficar casado trinta anos com a mesma mulher. As mulheres, sempre mais maldosas que os homens, não perguntam à minha esposa como ela consegue ficar casada com o mesmo homem, mas como ela consegue ficar casada comigo.

(2) Os jovens é que fazem as perguntas certas, ou seja, querem conhecer o segredo para manter um casamento por tanto tempo.

(3) Ninguém ensina isso nas escolas, pelo contrário. Não sou um especialista do ramo, como todos sabem, mas, dito isso, minha resposta é mais ou menos a que segue.

¹⁶ Publicado na Revista Veja, Editora Abril edição 1922, ano 38, nº 37, 14 de setembro de 2005, página 24.

(4) *Hoje em dia o divórcio é inevitável, não dá para escapar. Ninguém agüenta conviver com a mesma pessoa por uma eternidade. Eu, na realidade, já estou em meu terceiro casamento - a única diferença é que me casei três vezes com a mesma mulher. Minha esposa, se não me engano, está em seu quinto, porque ela pensou em pegar as malas mais vezes do que eu.*

(5) *O segredo do casamento não é a harmonia eterna. Depois dos inevitáveis arranca-rabos, a solução é ponderar, se acalmar e partir de novo com a mesma mulher. O segredo, no fundo, é renovar o casamento, e não procurar um casamento novo. Isso exige alguns cuidados e preocupações que são esquecidos no dia-a-dia do casal. De tempos em tempos, é preciso renovar a relação. De tempos em tempos, é preciso voltar a namorar, voltar a cortejar, voltar a se vender, seduzir e ser seduzido.*

(6) *Há quanto tempo vocês não saem para dançar? Há quanto tempo você não tenta conquistá-la ou conquistá-lo como se seu par fosse um pretendente em potencial? Há quanto tempo não fazem uma lua de mel, sem os filhos eternamente brigando para ter a sua irrestrita atenção?*

(7) *Sem falar nos inúmeros quilos que se acrescentaram a você, depois do casamento. Mulher e marido que se separam perdem 10 quilos num único mês, por que vocês não podem conseguir o mesmo? Faça de conta que você está de caso novo. Se fosse um casamento novo, você certamente passaria a freqüentar lugares desconhecidos, mudaria de casa ou apartamento, trocaria seu guarda-roupa, os discos, o corte de cabelo e a maquiagem. Mas tudo isso pode ser feito sem que você se separe de seu cônjuge.*

(8) *Vamos ser honestos: ninguém agüenta a mesma mulher ou marido por trinta anos com a mesma roupa, o mesmo batom, com os mesmos amigos, com as mesmas piadas. Muitas vezes não é sua esposa que está ficando chata e mofada, são os amigos dela (e talvez os seus), são seus próprios móveis com a mesma desbotada decoração. Se você se divorciasse, certamente trocaria tudo, que é justamente um dos prazeres da separação. Quem se separa se encanta com a nova vida, a nova casa, um novo bairro, um novo círculo de amigos.*

(9) *Não é preciso um divórcio litigioso para ter tudo isso. Basta mudar de lugares e interesses e não se deixar acomodar. Isso obviamente custa caro e muitas uniões se esfacelam porque o casal se recusa a pagar esses pequenos custos necessários para renovar um casamento. Mas, se você se separar, sua nova esposa vai querer novos filhos, novos móveis, novas roupas, e você ainda terá a pensão dos filhos do casamento anterior.*

(10) *Não existe essa tal "estabilidade do casamento", nem ela deveria ser almejada. O mundo muda, e você também, seu marido, sua esposa, seu bairro e seus amigos. A melhor estratégia para salvar um casamento não é manter uma "relação estável", mas saber mudar junto. Todo cônjuge precisa evoluir, estudar, aprimorar-se, interessar-se por coisas que jamais teria pensando fazer no início do casamento. Você faz isso constantemente no trabalho, por que não fazer na própria família? É o que seus filhos fazem desde que vieram ao mundo.*

(11) *Portanto, descubra o novo homem ou a nova mulher que vive ao seu lado, em vez de sair por aí tentando descobrir um novo e interessante par. Tenho certeza de que seus filhos os respeitarão pela decisão de se manterem juntos e aprenderão a importante lição de como crescer e evoluir unidos apesar das desavenças. Brigas e arranca-rabos sempre ocorrerão: por isso, de vez em quando é necessário casar-se de novo, mas tente fazê-lo sempre com o mesmo par.*

No artigo “O segredo do casamento” Stephen Kanitz discute aspectos da vida conjugal notadamente ocidental numa perspectiva contemporânea, marcada pela fragilidade da instituição diante da rotina que se estabelece para o casal, argumentando de forma até bem-humorada a favor da manutenção da vida a dois apesar dos percalços que inevitavelmente surgem nessa jornada.

No parágrafo (1), já no primeiro período, uma sentença complexa, observe-se a expressão “meus amigos separados”, sujeito da oração principal, em que o adjunto adnominal “separados”, um adjetivo, estabelece o primeiro pressuposto do texto: **[pp.] tenho amigos separados**. O termo integrante do predicado verbal “não cansam”, cujo verbo é implicativo, é uma oração subordinada objetiva indireta cujo núcleo é um verbo *discendi* “de me **perguntar...**”, que estabelece, no conjunto da sentença, o pressuposto de que **[pp.] meus amigos separados me perguntam**. O complemento do verbo perguntar é uma oração subordinada objetiva direta em cujo núcleo há um verbo implicativo - “consegui” – ligado ao auxiliar aspectual “ficar” (que indica permanência de estado), revelando o pressuposto de que **[pp.] estou casado há mais de trinta anos com a mesma mulher**. Esses pressupostos são a base para a progressão textual e temática do artigo. Além de que, revelam a autoridade do articulista para falar sobre um possível “segredo do casamento”.

Ainda no parágrafo (1), há uma estrutura comparativa: “as mulheres, sempre mais maldosas que os homens” que pressupõe **[pp.] os homens são maldosos**. Há que se fazer uma observação a respeito dessa passagem. O autor reconhece que os homens são maldosos, mas no sentido implícito da sentença, relacionando este atributo à natureza da pergunta que geralmente lhe fazem, implícita no texto: “como você conseguiu ficar casado trinta anos com **a mesma mulher?**”, não importando quem seja essa mulher. Já as mulheres recebem a pecha de mais maldosas por fazerem a mesma pergunta (também implícita no texto): “como você conseguiu ficar casada trinta anos com **o Kanitz?**”, no entanto definindo a pessoa, no caso, ele. Para o autor, generalizar talvez seja menos politicamente incorreto do que especificar. E ele o faz em relação às mulheres.

Em (2), há a clivagem de “os jovens” (sintagma nominal) seguido do verbo *ser* na forma “é” e da partícula “que” – de acordo com a definição no tópico 3.2 deste trabalho -, revelando o pressuposto de que **[pp.] alguém/algum grupo faz a pergunta certa**, que, por seu turno, pressupõe a opinião do autor de que **[pp.]**

ninguém, além dos jovens, faz a pergunta certa. Talvez involuntariamente nessa passagem o autor pretenda se neutralizar diante do que afirmou no parágrafo (1), evitando aborrecer seu público leitor feminino.

O parágrafo (3) é uma espécie de licença poética, em que o autor revela não ser especialista no assunto, mas precisa - e tem propriedade para - falar no assunto. Em (4), Kanitz afirma que “o divórcio é inevitável” e que já está em seu “terceiro casamento [com a mesma mulher]”. Observe-se que o adjetivo “terceiro” introduz dois pressupostos **[pp.] tive outros dois casamentos e [pp.] me divorciei duas vezes**. Na ótica de Frege, por exemplo, esses pressupostos figuram o caso típico de defeito na linguagem, uma vez que, de acordo com o próprio texto, o autor nunca se divorciou (v. **[pp.] estou casado há mais de trinta anos com a mesma mulher**, em (1)). Está claro que Kanitz se vale do sentido figurado da linguagem quando usa a palavra “divórcio”.

Na sequência do parágrafo (4), o autor afirma que sua mulher “está em seu quinto [casamento]”, porque “pensou em pegar as malas” mais vezes que ele, uma estrutura comparativa que revela **[pp.] eu pensei em pegar as malas**. O divórcio de que fala o autor tem, então, seu sentido revelado: significa “pensar em pegar as malas”, aclarando e revelando outro pressuposto em relação ao autor, recuperável pelo parágrafo inteiro: **[pp.] eu pensei em pegar as malas três vezes**.

O parágrafo (5) tem início com a expressão “o segredo do casamento” (título do artigo) que pressupõe **[pp.] o casamento tem um segredo**, no sentido de que há uma “fórmula” para a sua manutenção. Na sentença seguinte, Kanitz apresenta essa fórmula: “a solução é ponderar, se acalmar e partir de novo com a mesma mulher”, em que o operador “de novo”, um auxiliar aspectual de mudança de estado, aponta o pressuposto de que **[pp.] já se partiu outra vez com a mesma mulher**. Na sequência, quando diz que “o segredo, no fundo, é renovar o casamento”, atente-se para o verbo iterativo “renovar”, que estabelece **[pp.] o casamento envelhece**. Em “é preciso renovar a relação”, o mesmo verbo pressupõe que **[pp.] a relação envelhece**.

Ainda em (5), quando diz “isso exige alguns cuidados e preocupações que são esquecidos no dia a dia do casal”, a oração adjetiva restritiva em destaque pressupõe que **[pp.] cuidados e preocupações são esquecidos**. A sentença seguinte traz “é preciso voltar a namorar, voltar a cortejar, voltar a se vender, [voltar a] seduzir e [voltar] a ser seduzido”, em que a expressão “voltar a” é um auxiliar de

aspecto que indica retorno a um estado, pressupondo que uma pessoa casada, respectivamente, **[pp.] não namora**, **[pp.] não corteja**, **[pp.] não se vende**, **[pp.] não seduz** e **[pp.] não é seduzida**.

O parágrafo (6) é composto por uma série de interrogações que veiculam conteúdos pressupostos. Para que os pressupostos dessa passagem sejam melhor compreendidos, observe-se que o advérbio “não” e o verbo sobre o qual incide podem ser substituídos pelo auxiliar aspectual “deixar (no passado, concordando com o sujeito)” + a partícula “de” + verbo no infinitivo (*não saem = deixaram de sair*, por exemplo). Em “há quanto tempo vocês não saem para dançar?” pressupõe-se que **[pp.] vocês não saem para dançar**; em “há quanto tempo você não tenta conquistá-la ou conquistá-lo como se seu par fosse um pretendente em potencial?, **[pp.] você não tenta conquistá-lo(la)...**; e em “há quanto tempo não fazem uma lua de mel, sem os filhos eternamente brigando para ter a sua irrestrita atenção?, **[pp.] vocês não fazem lua-de-mel (...)**. É salutar apontar que o público ao qual o artigo se destina pode ser, também, pessoas que pensam em casar um dia, assumindo o texto, se pensado assim, um caráter propedêutico, mas o auditório ao qual o articulista se dirige é, de acordo com elementos do texto, homem ou mulher, casado(s) há algum tempo, e os pressupostos veiculados neste parágrafo, por exemplo, estão no nível de informação supostamente compartilhada, deduzida do ritual mesmo que é o casamento tradicional entre homem e mulher.

No parágrafo (7), o conector circunstancial “depois”, relacionando “casamento” a “quilos que se acrescentaram a você” (que se pode considerar um eufemismo, sabendo-se que após o casamento as pessoas tendem a engordar) revela que **[pp.] quem casa ganha alguns quilos**. Em seguida, ligado a esse pressuposto, tem-se a afirmação de que “mulher e marido que se separam perdem 10 quilos num único mês” em que a oração adjetiva restritiva relaciona a separação à perda de quilos, sentença que, passada pelo crivo da negação (é falso que marido e mulher que se separam perdem dez quilos num único mês), mantém o pressuposto de que **[pp.] marido e mulher que se separam perdem quilos**.

Na sequência, ainda em (7), há a sentença complexa, de estrutura contrafactual, “se fosse um casamento novo, você certamente passaria a freqüentar lugares desconhecidos, mudaria de casa ou apartamento, trocava seu guarda-roupa, os discos, o corte de cabelo e a maquiagem” cujo antecedente pressupõe **[pp.] não é um casamento novo**, e o conseqüente – uma série de orações

coordenadas – que pressupõe, respectivamente, **[pp.] você não frequenta lugares desconhecidos, [pp.] não muda de casa ou apartamento, [pp.] não troca seu guarda-roupa, os discos, o corte de cabelo e a maquiagem.** Cabe apontar que estes pressupostos se encontram em sentenças de valor hipotético, que podem, ou não, coincidir com a situação real do(a) leitora(a) casado(a). Observe-se, com isso, o valor subjetivo não apenas de quem pressupõe, mas também do próprio interlocutor, estabelecendo para esses pressupostos o caráter de informação compartilhada ou, nos termos de Frege, de uma verdade existente apenas no plano do pensamento, não verificável enquanto referente.

Em (8), Kanitz chama a atenção para um fator que desestabiliza um casamento: a mesmice, que pode, segundo ele, nem estar no âmago do casamento, mas no entorno. Quando diz “muitas vezes não é sua esposa que está ficando chata e mofada, são os amigos dela (e talvez os seus), são seus próprios móveis com a mesma desbotada decoração”, atente-se para os trechos sublinhados: o primeiro, uma locução verbal com auxiliar aspectual revela que, possivelmente, **[pp.] sua esposa não era chata e mofada**; no segundo, os adjetivos “mesma” e “desbotada” revelam que **[pp.] seus móveis têm a mesma e desbotada decoração**. Adiante, a contrafactual “se você se divorciasse, certamente trocaria tudo” tem como pressupostos **[pp.] você não é divorciado(a)** e **[pp.] você não troca tudo**. “Trocar tudo” está ligado às mudanças anteriormente citadas, e a oração adjetiva explicativa “que é justamente um dos prazeres da separação” faz ponte com os pressupostos anteriores, revelando que **[pp.] quem se separa troca tudo** e **[pp.] há outros prazeres na separação**.

No parágrafo (9), o autor afirma que evitar um divórcio custa caro e que “muitas uniões se esfacelam porque o casal se recusa a pagar esses pequenos custos necessários para renovar um casamento”, estabelecendo os pressupostos **[pp.] uniões se esfacelam** e **[pp.] há custos necessários para renovar um casamento**. Em seguida, no final do parágrafo observa-se a nominalização “a pensão dos filhos do casamento anterior”, apontando o pressuposto de que, se você tem filhos e se separa, **[pp.] paga pensão**.

Em (10), quando fala que a “estabilidade do casamento” não existe “nem ela deveria ser almejada”, revela o pressuposto de que **[pp.] alguém almeja a estabilidade do casamento**. E em “a melhor estratégia para salvar um casamento não é manter uma ‘relação estável’”, o adjetivo “melhor” introduz o pressuposto de

que **[pp.] há outras estratégias para salvar um casamento**; o advérbio “não” indica que **[pp.] manter uma “relação estável” é uma estratégia para salvar um casamento**, e a nominalização “salvar um casamento” aponta que **[pp.] um casamento tem salvação**.

A continuação de (10) e o parágrafo (11) não apresentam pressupostos significativos para esta análise, por constituírem prescrições genéricas e apontarem resultados futuros. Extrair tais pressupostos poderia alterar em grande margem o sentido das proposições constantes nessas passagens.

Observe-se a importância da pressuposição não apenas para a construção e progressão textuais, mas também para a sequencialização dos argumentos: alguns argumentos são os próprios conteúdos pressupostos e tal fato permite que outros argumentos em forma de pressupostos tomem como base argumentos pressupostos anteriores, a exemplo de **[pp.] não namora**, **[pp.] não corteja**, **[pp.] não se vende**, **[pp.] não seduz** e **[pp.] não é seduzida**, em (5), que dão mote para os argumentos pressupostos **[pp.] vocês não saem para dançar**, **[pp.] você não tenta conquistá-lo(la)** e **[pp.] vocês não fazem lua-de-mel**, em (6).

A informação compartilhada caracteriza a maior parte dos pressupostos presentes em “O segredo do casamento”, haja vista a vida conjugal da maioria dos casais apresentar feições semelhantes sincrônica e diacronicamente, o que instaura a utilização de pressupostos de ordem genérica.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inegável a relevância que a descoberta da pressuposição conferiu aos estudos semânticos. De obstrução da verdade das proposições ao posto de regra que enquadra os interlocutores no jogo discursivo, e, por isso, uma estratégia argumentativa (por determinar o espectro de atuação dos interlocutores), a Linguística tem na pressuposição um de seus tópicos semânticos mais interessantes. Não se trata meramente de um sentido implícito recuperável pela estrutura do enunciado, mas de uma forma de o locutor não se responsabilizar diretamente pelo que enuncia, além de tornar o interlocutor cúmplice daquilo que a linguagem vela, seja para a manutenção natural de uma interlocução, seja para não se comprometer com o valor discursivo que aquele conteúdo encerraria se viesse no plano do posto.

A respeito das perspectivas abordadas neste trabalho, cumpre apontar o seguinte: o ponto de vista que Frege assumiu ao detectar o que ele chamou “defeito na linguagem” justifica seu pensamento; ele não era linguista (nem havia tal ciência ainda) e sua especialidade era a Lógica, uma das ciências que se ocupavam dos estudos da linguagem. Em outras palavras, para além de como ele tratou o fenômeno, o lógico tem o mérito de ter tido essa preocupação com esse sentido implícito e sua condição de verdade, legando à posteridade o método e a terminologia.

Ducrot deu novos contornos e nuances ao fenômeno. Reconhecer na pressuposição uma estratégia argumentativa, um quadro que regula a própria linguagem no jogo discursivo, evidentemente revela a preocupação e o esforço que o semanticista empreendeu para provar que ela é tão inerente à língua, que se confunde com as próprias regras do jogo. Pode-se afirmar, assim, que uma abordagem não nega a outra, mas que esta continua aquela, adaptando-se aos métodos e discussões que inexistiam à época da descoberta.

Estudar a pressuposição em um gênero textual de natureza argumentativa pode parecer mais uma obviedade. Aliás, se se diz que a pressuposição é inerente à língua e que a língua é essencialmente argumentativa, identificar pressupostos se assemelharia ao próprio ato de decodificar, em leitura. No entanto, a ideia não foi

apenas detectar essa relação, mas apontar a suposta necessariedade que ela comporta. O artigo de opinião tem a particularidade de permitir ao articulista uma margem maior de argumentação (é considerado pelos estudiosos, por isso, como um gênero democrático), uma liberdade que chama a atenção. Quais pressupostos escondem um gênero tão aberto? Será necessário “não-dizer” quando se é permitido “dizer”? A resposta a essas questões provavelmente não se encontra em absoluto neste trabalho, mas há, aqui, um tímido despertar que pode conduzir a uma investigação mais aprofundada acerca dessa relação.

Ainda que seja um gênero textual de tipologia predominantemente argumentativa aliada a uma liberdade um tanto rara em termos de imprensa jornalística, alguém que se permita entrar nesse jogo discursivo necessariamente se valerá, intencionalmente ou não, do sentido implícito, especialmente do auxílio da pressuposição, que permite veicular conteúdos pelos quais não quer ou entende não dever se responsabilizar. Aí reside a necessariedade entre o artigo de opinião e a pressuposição linguística como estratégia argumentativa: quanto maior a liberdade, mais cuidado em arquitetar sob o próprio texto aquilo que, caso viesse no plano do posto, causaria certo mal-estar para os atores da interlocução.

É fato que alguns pressupostos apresentam valor semântico-discursivo de impacto (as famosas verdades inconvenientes ou preconceitos). É fato também que um gênero textual da natureza do artigo de opinião compromete em muito a pessoa do articulista, especialmente no caso de um texto publicado em larga escala. Não havendo brecha para pressupor estes conteúdos considerados inconvenientes, que viessem de certo modo a constranger o interlocutor, provavelmente poucos ousariam assinar esse tipo de texto. Muitos dos pressupostos destacados dos textos analisados causariam aborrecimento ao leitor e, por conseguinte, problemas ao seu articulista se identificados e questionados de alguma forma.

O que está em jogo não é mera responsabilidade de dizer, mas uma grande responsabilidade. O espectro temático do gênero e o auditório ao qual se destina – um grande público leitor e crítico – *de per si* já comprometem em muito a figura do articulista, que deve ser prudente na argumentação. Assim, não recorrer ao pressuposto seria, em termos práticos, bastante arriscado para o articulista.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BARBISAN, Leci Borges. As raízes da teoria da argumentação na língua. In SILVA, Joseli Maria; ESPÍNDOLA, Luciene (org.). **Argumentação na língua: da pressuposição aos topoi**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2004.

BAZERMAN, Charles. Atos de Fala, Gêneros Textuais e Sistemas de Atividades: como os textos organizam atividades e pessoas. In: **Gêneros Textuais, tipificação e interação**. São Paulo: Cortez, 2005.

CARVALHO-BEZERRA, Sandra S. Pressuposição linguística: uma das bússolas argumentativos do texto jornalístico. In SILVA, Joseli Maria; ESPÍNDOLA, Luciene (org.). **Argumentação na língua: da pressuposição aos topoi**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2004.

DUCROT, Oswald. **Dire et ne pas dire**; principes de sémantique linguistique. Paris: Hermann, 1972. Trad. para o português de Vogt, Ilari e Figueira: Princípios de semântica lingüística; dizer e não dizer. São Paulo: Cultrix, 1977.

_____. **La preuve et le dire**. Trad. para o português de Maria Aparecida Barbosa, Maria de Fátima Gonçalves Moreira e Cidmar Teodoro Pais: Provar e dizer. São Paulo: Global, 1981.

_____. Argumentação e topoi argumentativos. In GUIMARÃES, Eduardo (org.). **História e sentido na linguagem**. Campinas: Pontes, 1989.

FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de Texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2002.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Novo manual da redação**. 9. ed. São Paulo: Folha de São Paulo, 2000.

GUIMARÃES, Eduardo. **Os limites do sentido**. Campinas: Pontes, 1995.

HENRY, Paul. **Le mauvais outil**; langue, sujet et discours. Trad. para o português de Maria Fausta P. de Castro: A ferramenta imperfeita; língua, sujeito e discurso. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992 (coleção Repertórios).

KANITZ, Stephen C. **Cargos de desconfiança**. Disponível em:
<<http://www.kanitz.com/veja/desconfianca.asp>> Acesso em: 28 jul. 2011.

_____. **O poder da validação**. Disponível em:
<http://www.kanitz.com/veja/o_poder_da_validacao.asp> Acesso em: 28 jul. 2011.

_____. **O segredo do casamento**. Disponível em:
<<http://www.kanitz.com/veja/segredo.asp>> Acesso em: 28 jul. 2011.

KOCH, Ingedore G. V. **Argumentação e linguagem**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs.). **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

MELO, José Marques de. **Jornalismo opinativo** – gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. 3. ed. São Paulo: Mantiqueira, 2003. [Editado inicialmente como: **Opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.]

MOURA, Heronides Maurílio de Melo. **Significação e contexto**; uma introdução a questões de semântica e pragmática. Florianópolis: Insular, 1999 (série Didática – vol. 1 – Semântica)

RODRIGUES, Rosângela Hammes. **A constituição e o funcionamento do gênero jornalístico artigo**: cronotopo e dialogismo. 2001. 347 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem)— Programa de Estudos Pós-Graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem (LAEL), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

SCHNEUWLY, Bernard. Gêneros e tipos de discurso: considerações psicológicas e ontogenéticas. In: SCHNEUWLY, Bernard & DOLZ, Joaquim. Gêneros orais e escritos na escola. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2004.

SILVA, Antonio Ribeiro. **Gênero artigo de opinião na perspectiva sócio-retórica**. 2008. 153f. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2008.

SILVA, Roberta Danielle; GONZALES, Lucilene dos Santos. Jornalismo, publicidade e capas da Revista Veja: uma relação de interdependência. In SIMPÓSIO DE COMUNICAÇÃO E TECNOLOGIAS INTERATIVAS, nº 1, 2008, Bauru-SP. **Anais do LECOTEC – Unesp**. Disponível em: <http://www2.faac.unesp.br/pesquisa/lecotec/eventos/simposio/anais.html> Acesso em: 25 set. 2011

SOUZA, Heberth Paulo de. **A pressuposição lingüística na estrutura da língua portuguesa**. 2000. 220p. Dissertação (Mestrado em Linguística) -, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000. Disponível em: <bib.pucminas.br/teses/Letras_SouzaHP_1.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2011.

TRASK, R. L. **Dicionário de linguagem e linguística**. Trad. Rodolfo Ilari; 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

VOGT, Carlos. **Linguagem, pragmática e ideologia**. São Paulo: HUCITEC (Fundação de Desenvolvimento da UNICAMP), 1980.